



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

EDITAL LICITAÇÃO RETIFICADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026-NAL-SEMED-FME/PMVJ		PROCESSO:ADMINISTRATIVO:115/2026-NCP-GAAD/SEMED/PMVJ	
DATA DE ABERTURA: 21/05/2026 às 09h30min. no sítio https://licitanet.com.br/			
OBJETO			
REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MERENDAS ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI,			
VALOR TOTAL ESTIMADO			LANCE MÍNIMO
R\$ 6.945.948,54 (Seis milhões novecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)			R\$ 0,05 (Cinco Centavos)
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
Sim	Não	Termo de Contrato ou Equivalente	POR ITEM
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Veja ITEM 10 deste Edital)*			
Requisitos Básicos: - Sicafe e/ou documentos equivalentes		Requisitos Específicos: Item 10.12 do Edital - Atestado de Capacidade Técnica;	

* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicado.

MODO DE DISPUTA	Itens Exclusivos para ME/EPP?	ITENS AMPLOS	Exige Amostra/Demonstração
ABERTO	<i>Sim</i>	<i>não</i>	<i>não</i>

Prazo de envio da proposta/documentos complementares
60 (sessenta) dias minutos, após a convocação realizado pelo pregoeiro.
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações
Até xx/04/2026 no e-mail: nucleodeacompanhamentolicitato@gmail.com, semedvj@yahoo.com.br, CEP: 68.924-00 demais condições no item 14. deste Edital

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ
EDITAL DE LICITAÇÃO LEI 14.133/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO –SRP Nº 002/2026-NAL-SEMED-FME-/PMVJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º PROCESSO Nº 115/2026/NCP-GAAD-SEMED-FME/PMVJ**

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS LOCAL/REGIONAL.

CONFORME LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N. 128/2008 E 147/2014 LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, LEI MUNICIPAL N. 261/2011, DECRETO MUNICIPAL N. 339/2023 E DECRETO MUNICIPAL N. 039/2026-GAB-PMVJ, DECRETO MUNICIPAL N. 036/2026-GAB/PMVJ, JUSTIFICATIVA VÁLIDA, CONFORME O ART. 60 e 82 e 86 DA LEI 14.133/2021, DEFINE COMO CONCEITO DE “LOCAL” E “REGIONAL” PARA EFEITO DE APLICAÇÃO DO DO § 3º DO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E BUSCA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO ÂMBITO MUNICIPAL E REGIONAL PREVISTO NO ARTIGO 47 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DE COMPRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DO JARI-FME/PMVJ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**1 – NO ÂMBITO LOCAL – SEDE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI E DISTRITOS;
2 – NO ÂMBITO REGIONAL – MUNICÍPIOS LIMITES GEOGRÁFICOS: COM O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI.**

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

1.1.1. A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DO JARI/AP, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DO JARI, inscrito no CNPJ nº 30.144.641/0001-80, com sede na Avenida Ayrton Senna , nº 85, Bairro Comercial no Município de Vitoria do Jari/AP, CEP 68924-000, através do Agente contratação/Pregoeiro designado pelo Decreto 136/2025, Decreto nº49/GAB-PMVJ,torna público que se encontra autorizadas a realização da licitação na modalidade **PREGÃO-SRP, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **002/2026- NAL-SEMED-FME-/PMVJ**, do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MERENDAS ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI**,O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021,Decreto nº339/2023-GAB-PMVJ, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais legislações complementares e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.**

1.1.2. O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3 O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico:<https://www.licitanet.com.br.ou>
www.vitoriadojari.ap.gov.br.

1.1.4 A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

AGENTE CONTRAÇÃO/PREGOEIRO:

Luis Fernando Borges da Silva



Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Jari/AP - SEMED –PMVJ
Avenida Ayrton Senna, nº 85, Bairro Comercial – Vitória do Jari/AP

Email: nucleodeacompanhamentolicitato@gmail.com semedvj@yahoo.com.br CEP: 68.924-000



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	Aonde se ler dia 04/05/2026 se ler (retificado) 08/05/2026 às 09h30min. (horário de Brasília).
LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	Aonde se ler dia 14/05/2026 se ler (retificado) 21/05/2026 às 8h00min. (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	21/05/2026 às 09h30min. (horário de Brasília).

1.1.5 Da contratação Local Regional

1.1.5.1 Fundamentado no § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com os dispostos na Lei 261/2011, fica estabelecida a preferência para contratação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em Vitória do Jari/AP, ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido.

I - a prioridade será para âmbito local - os limites geográficos do território do município de vitória do jari / AP;

II - não havendo ME e EPP sediadas no município de vitória do jari/AP, a prioridade poderá ser dada às empresas localizadas no **âmbito regional** - os limites geográficos dos municípios limites geográficos de vitória do jari/ ap;

1.1.3. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo nº 115/2026-NPC/SEMED/PMVJ**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2. Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MERENDAS ESCOLARES, ATENDENDO AS NECESSIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI, conforme manifestação de interesse, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável por igual período, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação-FME/PMVJ, conforme manifestação





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

de interesse, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1.1. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital). Facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.2. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema <https://licitanet.com.br/>, e as especificações constantes no Termo de Referência e neste Edital, prevalecerão às últimas:**

2.3. Os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos, atendendo a Lei 123/2006 e suas alterações.

2.3.1. ITENS COM PARTICIPAÇÃO exclusiva para ME, EPP e MEI: Itens com valores de até R\$ 80.000,00. Art. 48. [...] I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações);

2.4. **DO PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO** e demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pela ordenadora de despesa do órgão requerente;

2.4.1. Local/Horário de Entrega - Conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.4.2. Prazo de Entrega do Objeto – Prazos de entrega de forma parcelada de acordo com o cronograma de cada secretaria, conforme estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

2.4.2.1. O prazo para início da entrega dos produtos será até 10 dias, após a emissão da nota de empenho.

3 DA SECRETARIA PARTICIPANTE DESTES REGISTRO DE PREÇOS:

a) Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO – SEMED-FME/PMVJ

3.1. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1.1. Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição correrão por conta dos recursos indicados no termo de referência anexo I deste edital.

3.2. DO REAJUSTE

3.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

3.2.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgada(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

3.2.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

3.2.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

3.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

3.3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.3.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 autor do DFD - Documento de formalização da Demanda, do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.6 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.7 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.8 pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.11 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

3.7 O impedimento de que trata o **item 3.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.6.2 e 3.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos **itens 3.6.2 e 3.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o **item 3.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13 Em tempo, será analisado também: Suspensos de participar de licitações e **impedidos de contratar** com a Secretaria Municipal de Educação e Fundo Municipal de Educação-PMVJ/AP, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; (até que se encerrem os prazos das sanções);

3.13.1 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; **(até que se encerrem os prazos das sanções)**;

3.13.2 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

art.156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, através da digitação da senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, a partir da data da liberação do Edital no site até a data e horários marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. Art. 58. exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. § 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação. § 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. § 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação. § 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.

4.2. O licitante interessado **poderá se assim entender**, enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.7. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.3.8. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.3.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.3.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.3.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.3.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.3.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.3.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.3.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item**

4.3.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.3.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus

4.3.16. decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.3.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer

4.3.18. acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário e total;
- b) Marca/modelo e prospecto do produto.
- c) Fabricante; (quando for o caso)
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**;

5.1.1 para melhor análise da proposta, a mesma deverá estar acompanhada de folders/prospecto/catálogo que contenham as especificações dos objetos ofertados. (quando solicitado pelo pregoeiro)

5.1.1.1. *A não solicitação do Núcleo de Acompanhamento Licitatório-semmed-pmvj, de Análise Técnica não exime a contratada da obrigação de apresentação do selo, certificado, registro ou laudo, de controle de qualidade de fabricação respectivo; quando for o caso;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DELANCES;

6.1. DA ABERTURA DA SESSÃO;

6.2. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, através da digitação da senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, a partir da data da liberação do Edital no site até a data e horários marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas. Art. 58. exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação. § 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, § 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, § 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, § 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei

6.2.1. A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2.2. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.2.3. Durante a sessão pública, a comunicação entre a pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.2.4. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

6.3. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS;

6.3.1. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.3.2. As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.4. DA FORMALIZAÇÃO DE LANCES

6.4.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.4.2. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.4.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,05 (Cinco Centavos);

6.4.4. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.4.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.4.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.4.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.4.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.4.9. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.4.9.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.4.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.4.11. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.4.12. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

6.4.13. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.4.13.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

6.4.14. Se ocorrer a desconexão da pregoeira no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.4.15. No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://licitanet.com.br/>

6.4.16. A pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

6.5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

6.5.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

6.5.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, (quando for o caso) se procederá da seguinte forma:

- I. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;
- II. não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- III. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.5 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA (CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA e CRITÉRIO DE DESEMPATE)

6.5.1 Nos termos da Lei . 261/2011, terá direito a preferência na contratação às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos seguintes termos:

6.5.2 Será aplicado o disposto do item 6.5.1 somente nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

a) A aplicação do direito de preferência se dará na seguinte ordem:

1º para as sediadas no município de Vitória do Jari;

2º para as sediadas nos municípios regionais;

6.5.3 A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação,



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

6.5.4 Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base no sub item anterior, serão convocadas as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.5.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.5.6 Nas licitações mistas (com itens exclusivos para participação das microempresas ou da empresa de pequeno porte e/ou itens para ampla participação) a prioridade será aplicada apenas nos itens reservados para contratação exclusiva de microempresa ou da empresa de pequeno porte.

6.6 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE - ORDEM DE SUA APLICAÇÃO

6.6.1 Entende-se como empate àquelas situações em que os lances ou propostas apresentadas pelas licitantes possuam o mesmo valor/equivalência.

6.6.2 Para efeito do disposto no item anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.6.2.1 De acordo com as disposições contidas na Lei Municipal 261/2011, a aplicação dos critério de desempate se dará na seguinte ordem:

1º - Será aplicado o direito de preferência na classificação entre as licitantes sediadas no município de Vale do Anari (local) que se enquadrem na condição de ME/EPP (declarante);

a. caso o empate se dê entre duas ou mais licitantes sediadas no âmbito local, a vencedora será automaticamente aquela que cadastrou primeiro sua proposta.

a.1. Caso as propostas/lances tenham sido enviados em horários exatamente iguais, a pregoeiro poderá propor às empresas que estão empatadas, um desempate, condicionado ao envio de um único lance (através do chat). Aquela que ofertar o menor lance, será a ganhadora, sendo que o valor deste lance vencedor será inserido, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado".

a.2. Se nenhuma das empresa convocadas para o desempate quiser ofertar o lance ou se por casualidade, o lance for o mesmo, a pregoeiro procederá ao desempate através de um sorteio presencial, convocando as empresas empatadas para acompanhamento.

2º - Não sendo possível a classificação de licitante sediada no município de Vitória do Jari (local), será aplicado o direito de preferência na classificação entre as licitantes sediadas no (regional) que se enquadrem na condição de ME/EPP (declarante);

a. Caso o empate se dê entre duas ou mais licitantes sediadas no âmbito regional a vencedora será automaticamente aquela que cadastrou primeiro sua proposta.

a.1. Caso as propostas/lances tenham sido enviados em horários exatamente iguais, a pregoeiro poderá propor às empresas que estão empatadas, um desempate, condicionado ao envio de um único lance (através do chat). Aquela que ofertar o menor lance, será a ganhadora, sendo que o valor deste lance vencedor será inserido, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado".

a.2. Se nenhuma das empresa convocadas para o desempate quiser ofertar o lance ou se por



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

casualidade, o lance for o mesmo, a pregoeira procederá ao desempate através de um sorteio presencial, convocando as empresas empatadas para acompanhamento.

3º - Não sendo possível a classificação de licitante sediada no âmbito local e/ou regional conforme itens anteriores, terão direito de preferência na classificação, as licitantes que se enquadrem na condição de ME/EPP (declarantes), sediadas em quaisquer outras localidades não contempladas na Lei Municipal 261/2011.

a. caso o empate se dê entre duas ou mais licitantes que se enquadrem na condição de ME/EPP (declarantes), sediadas em quaisquer outras localidades não contempladas na Lei Municipal nº 261/2011.

a.1. Caso as propostas/lances tenham sido enviados em horários exatamente iguais, a pregoeira poderá propor às empresas que estão empatadas, um desempate, condicionado ao envio de um único lance (através do chat). Aquela que ofertar o menor lance, será a ganhadora, sendo que o valor deste lance vencedor será inserido, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado".

a.2. Se nenhuma das empresa convocadas para o desempate quiser ofertar o lance ou se por casualidade, o lance for o mesmo, a pregoeira procederá ao desempate através de um sorteio presencial, convocando as empresas empatadas para acompanhamento.

4º - Não sendo possível a classificação de nenhum licitante nas condições previstas nos itens anteriores (1º, 2º e 3º) e o empate ocorrer entre empresas NÃO declarantes ME/EPP, a vencedora será automaticamente aquela que cadastrou primeiro sua proposta.

a. Caso as propostas/lances tenham sido enviados em horários exatamente iguais, o pregoeiro poderá propor às empresas que estão empatadas, um desempate, condicionado ao envio de um único lance (através do chat). Aquela que ofertar o menor lance, será a ganhadora, sendo que o valor deste lance vencedor será inserido, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado".

a.1. Se nenhuma das empresa convocadas para o desempate quiser ofertar o lance ou se por casualidade, o lance for o mesmo, o pregoeiro procederá ao desempate através de um sorteio presencial, convocando as empresas empatadas para acompanhamento.

6.6 Caso haja apenas uma empresa declarante ME/EPP entre as que estão empatadas, o sistema, automaticamente dará como vencedora do certame, a empresa declarante ME/EPP.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2. A pregoeira iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

7.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.6. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

8.1. A pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte)** minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1. O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão da pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2. A proposta enviada via sistema, após convocação da pregoeira, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÃO SER ANEXADOS CORRETAMENTE NO SISTEMA LICITANET, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO (excel, word, Zip, doc, docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE HÁ APENAS UM CAMPO DE INSERÇÃO;

8.2.2. O PREGOEIRO CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA LICITANET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

8.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5. Havendo necessidade, a pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a pregoeiro passar à subsequente, haverá nova



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

8.8. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS;

8.8.1. Nos casos em que a Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

8.8.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

8.8.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

8.9. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério da pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

9. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Encerrada a etapa de negociação, a pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

9.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ap.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

9.1.4.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

9.1.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

9.1.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

9.1.5.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.4.1 e 4.3.6** deste edital.

9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.5. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

9.5.1. conter vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) conforme Art. 34. (Instrução Normativa SEGES/ME Nº73/2022) do valor orçado pela Administração.

9.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

9.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

exequibilidade da proposta.

9.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.9.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.14. Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **habilitação**:

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

10.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.3. É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

10.4.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.5. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.5.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021 O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, obriga a apresentação dessa declaração.

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

10.10. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.10.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.10.2. Microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.10.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

10.10.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.10.7. No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.10.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

10.10.9. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

10.10.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.11. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.11.1. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);

10.11.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.11.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.11.4. Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.11.5. Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

10.11.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**.

10.11.7. Alvara de habilitação Vigilância sanitária;

10.11.8. Alvara de habilitação do Bombeiro;

10.11.9. Alvara de habilitação meio ambiente e certidão negativa;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

10.11.10. Ficha de cadastro de inscrição municipal;

10.11.11. Ficha de cadastro de inscrição estadual;

10.11.12. Certidão negativa TCU.

10.12. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:

10.12.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias** caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

10.12.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.12.3. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):

a) A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido (Art. 69 da Lei 14.133/2021):

10.13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:

10.13.1. Apresentação de pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação. O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o escreveu.

10.13.1.1. Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão da pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema LICITANET.

10.13.1.2. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

10.13.2. Licença de funcionamento expedida pelo Órgão Local (Estadual/Municipal) que comprove o licenciamento da empresa para exercer as atividades de comercialização referente ao objeto deste certame; (Alvara e/ou Sintegra)

10.14. DAS DECLARAÇÕES:

10.14.1. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

- a) A licitante deverá apresentar **Declaração de autenticidade**, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;
- b) **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.
- c) A licitante deverá apresentar **Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988**, conforme modelo constante no **Anexo V** deste Edital.
- d) A licitante deverá apresentar **TERMO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE (Cadastro de Usuários Externos no ePROC)**, conforme modelo constante no **Anexo VI** deste Edital.
- e) **Dados do representante legal** par fins de elaboração da ata de Registro de preços e contratos (anexo VII)

10.14.1.1. A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo a pregoeira solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

10.15. A documentação referente a HABILITAÇÃO poderá ser inserida no sistema, no momento do cadastro da proposta.

10.15.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA LICITANET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

10.15.2. A DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA LICITANET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.

10.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.17. Na análise dos documentos de habilitação, ao núcleo de acompanhamento licitatório-semmed-pmvj, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

10.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

10.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

11.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. O prazo para apresentação das CONTRARRAZÕES ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela pregoeiro ao vencedor.

11.10. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **decisão** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

11.11. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na DIRETORIA DE COMPRAS, endereço constante neste Edital, caso não esteja disponível no Sistema Eletrônico de Processos (e-Proc).

11.12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA;

11.12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **SICAF** e no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade de o licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

12.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, a pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

12.2. Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

12.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

12.5. Quando houver recurso e a pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos da pregoeiro.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.2. Comete infração administrativa, o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa:





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

- 13.2.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 13.2.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 13.2.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.2.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.2.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.2.2.4.** deixar de apresentar amostra;
- 13.2.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.2.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.2.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.2.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 13.2.5.** fraudar a licitação
- 13.2.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 13.2.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 13.2.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 13.2.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.2.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.2.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 13.3.1.** advertência;
- 13.3.2.** multa;
- 13.3.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 13.3.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.4.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.4.2.** as peculiaridades do caso concreto



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

- 13.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.5.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **60 dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.5.1.** Para as infrações previstas nos itens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3, a multa será de **0,5%** do valor do contrato lícitado.
- 13.5.2.** Para as infrações previstas nos itens 13.2.4, 13.2.5, 13.2.6, 13.2.7 e 13.2.8, a multa será de **0,5% à 15%** do valor do contrato lícitado.
- 13.6.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.7.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.8.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Vitória do Jari/AP, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.9.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021
- 13.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 13.11.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.12.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

13.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via e-mail: **nucleodeacompanhamentolicitato@gmail.com** **semedvj@yahoo.com.br** (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Secretaria Municipal de Educação-SEMED-FME-PMVJ/AP, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, Avenida Ayrton Senna, nº 85, Bairro Comercial – Vitória do Jari/AP - CEP: 68924-00.

14.3. A decisão da pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://licitanet.com.br/>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.7. Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

15. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

15.1. Para as licitantes que **Registraram** a intenção no sistema de Participar do Cadastro de Reserva de Fornecedores neste certame:

15.2. Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o Cadastro de Reserva através do sistema (licitanet) antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

15.3. A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

que indique no próprio sistema o seu interesse.

15.4. Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item com o valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

15.5. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. A Administração Pública se reserva no direito de:

16.2.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

16.2.2. Revogar por interesse da Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Jari/AP em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

16.3. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

16.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeiro.

16.4.1. A pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

16.5. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto da Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Jari/AP.

16.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

16.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

16.11. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

16.12. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Secretaria Municipal de Educação-FME/PMVJ, a finalidade e a segurança da contratação.

16.13. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

16.14. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

16.15. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

16.16. Fica assegurada à Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Jari/AP, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

16.17. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

16.17.1. Fica a obrigatoriedade da informação do **e-mail do fornecedor** participante:

"Os interessados/participantes do certame ficam **cientes** que, quando da contratação junto ao Município, terão sua adesão compulsória ao sistema de processo eletrônico. Dessa forma estará aceitando e aderindo ao **"Termo de Concordância e Veracidade"**, anexo ao edital, para atender a legalidade e as regras processuais quanto aos atos administrativos deste Município." **Conforme Anexo VI deste Edital.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://licitanet.com.br/>, no **Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e alternativamente no site <https://www.vitoriadojari.ap.gov.br/>.

16.18. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

16.19. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo site <https://www.vitoriadojari.ap.gov.br/> ou na sede da Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Jari/AP.

16.20. Fica eleito o Foro da Comarca do Municipai de Vitoria do jari/AP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

17. ANEXOS

17.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes





**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ**

documentos:

ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA

- Anexo TR II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- Anexo TR III- MINUTA DO CONTRATO
- Anexo TR V - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS); (podendo ser substituída pela gerada no sistema)

ANEXO III: DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE;

ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;

ANEXO V: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;

ANEXO VI: TERMO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE (Cadastro de Usuários Externos no ePROC)

Vitória do Jari, 04 de maio 2026.

**DEILA MARIA DOS SANTOS BEZERRA
COORDENADORA DO NÚCLEO DE COMPRAS
DECRETO 297/2025-GAB/PMVJ**

**Deila Maria Santos Bezerra
Coord. Núcleo de Compras
Decreto Nº 297/2025-PMVJ**





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026-SEMED-FMEPMVJ
TERMO DE REFERÊNCIA

1 – JUSTIFICATIVA

1.1 O município de Vitória do Jari-AP, por meio da Secretaria Municipal de Educação, busca garantir a oferta de merenda escolar de qualidade para os alunos da rede municipal de ensino, abrangendo creches, pré-escolas e ensino fundamental. A alimentação escolar é um pilar essencial para o cumprimento dos objetivos educacionais, promovendo a segurança alimentar, a saúde, o bem-estar e o desempenho acadêmico dos estudantes, além de contribuir para a redução da evasão escolar e das desigualdades sociais. A merenda escolar atende às diretrizes do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, instituído pela Lei nº 11.947/2009, que estabelece a obrigatoriedade de fornecer alimentação saudável e adequada, com pelo menos 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados à aquisição de produtos para merenda escolar.

A contratação de uma empresa especializada para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios é necessária devido à escala da demanda, que abrange todas as unidades escolares do município, incluindo áreas urbanas e rurais com desafios logísticos, como acesso por vias fluviais. O fornecimento parcelado, estruturado pelo **Decreto nº339/2023-GAB/PMVJ**, **Decreto nº039/2026-GAB/PMVJ Regulamenta o tratamento diferenciado simplificado para microempresa-MEI, empresas de pequeno porte EPP, LTDA e Decreto nº036/2026-GAB/PMVJ, regulamenta os art.82 86 da lei nº 14.133/2021, procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços (SRP)**, garante a entrega regular de produtos frescos e de qualidade, alinhada ao calendário letivo, com flexibilidade para atender às variações de consumo e às especificidades regionais. A necessidade é agravada pelas particularidades geográficas de Vitória do Jari-AP, que exigem uma logística eficiente para assegurar a entrega em locais de difícil acesso, bem como a conformidade com normas sanitárias e nutricionais.

1.2. Fundamentação Legal na Lei nº 14.133/2021, Transparência e Objetividade: As regras de regionalidade devem ser claras, transparentes, e baseadas em critérios objetivos, sem eliminar concorrentes de outras regiões sem justificativa válida, conforme o Art. 60.

A contratação está fundamentada na **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos), que regula os processos de contratação pública com foco na eficiência, transparência e economicidade. Os principais dispositivos que embasam a contratação são:

- **Princípio da Finalidade** (art. 5º): A contratação visa atender ao interesse público, garantindo a alimentação escolar como direito fundamental dos alunos, conforme previsto na Constituição Federal (art. 208, inciso VII) e no PNAE. A merenda escolar contribui diretamente para a permanência e o sucesso escolar, alinhando-se aos objetivos educacionais do município.
- **Princípio da Economicidade** (art. 5º): O uso do Pregão Eletrônico, modalidade preferencial para bens comuns como gêneros alimentícios (art. 28, § 1º), associado ao SRP (art. 82), promove ampla competitividade e lances em tempo real, resultando em preços mais vantajosos. Isso otimiza os recursos do FNDE e assegura a melhor relação custo-benefício para a administração pública.
- **Princípio da Transparência** (art. 5º): O processo licitatório, conduzido por meio de plataforma eletrônica, garante publicidade, rastreabilidade e acesso às informações por parte de fornecedores, cidadãos e órgãos de controle, reduzindo riscos de irregularidades e fortalecendo a governança.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

- **Planejamento e Eficiência** (art. 5º): A elaboração de um edital específico, com cronograma de entregas e critérios técnicos rigorosos, permite planejar o fornecimento de forma eficiente, considerando a sazonalidade dos produtos, a logística regional e as exigências do PNAE. O SRP proporciona flexibilidade para contratações parceladas, ajustadas à demanda real das escolas.
- **Sustentabilidade** (art. 5º, inciso IX): O edital pode prever critérios de sustentabilidade, como o uso de embalagens recicláveis ou biodegradáveis e a priorização de produtos regionais, alinhando-se à valorização da agricultura local e à redução do impacto ambiental.

1.3. Objetivos da Contratação

- Garantir a oferta contínua de merenda escolar saudável, equilibrada e de qualidade, atendendo às necessidades nutricionais dos alunos.
- Promover a inclusão de produtos da agricultura familiar, fortalecendo a economia local e a cultura alimentar regional.
- Assegurar a logística eficiente de entrega, considerando as particularidades geográficas de Vitória do Jari-AP, incluindo áreas rurais e de acesso fluvial.
- Cumprir as metas educacionais e nutricionais do PNAE, contribuindo para a saúde, o aprendizado e a redução da evasão escolar.
- Otimizar os recursos públicos por meio de um processo competitivo, transparente e eficiente, alinhado aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

Conclusão

A contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de merenda escolar é essencial para atender às demandas da rede municipal de ensino de Vitória do Jari-AP, garantindo a continuidade do serviço com qualidade, segurança e conformidade legal. A fundamentação na Lei nº 14.133/2021 assegura que o processo licitatório, preferencialmente via Pregão Eletrônico com SRP, atenda aos princípios da economicidade, transparência, eficiência e sustentabilidade, promovendo o interesse público e o bem-estar dos alunos.

2 – OBJETO

2.1. Este termo de Referência tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MERENDAS ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI.**

3 – DA ENTRADA

3.1. O fornecimento dos gêneros alimentícios para merenda escolar será efetuado mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as necessidades das escolas municipais ficando a Contratada obrigada a fornecer mediante a apresentação de Requisição Específica, **Autorização de Fornecimento (AF).**

3.2. A Secretaria Municipal de Educação se resguarda da obrigação em assumir compromisso de solicitar o fornecimento dos gêneros alimentícios em grandes quantidades pois não possui por enquanto almoxarifado que comporte o estoque para grandes quantidades, sendo assim que fique ciente o contratado da especificidade que a **ORDEM DE FORNECIMENTO** desta contratação terá, tanto poderá conter médias ou poucas quantidades, dependerá da necessidade do momento.





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

3.3. A entrega do OBJETO desta contratação, deverá ser entregue após **ORDEN DE FORNECIMENTO**, emitida pelo Setor Administrativo da SEMED/PMVJ, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corrido após sua emissão.

4 – PLANILHAS DE ESPECIFICAÇÕES:

4.1 Os produtos serão adquiridos de forma fracionada, conforme as necessidades da contratante, com as seguintes quantidades e características mínimas:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO ITEM	UND	QTD	V.UNITÁRIO	V. TOTAL
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS					
ALIMENTOS MINIMAMENTE PROCESSADOS E PROCESSADOS: Engloba itens de longa durabilidade e alimentos prontos com processamento mínimo, garantindo estoque estável e variedade nutricional.					
01	AÇÚCAR REFINADO FARDO COM 30KG - Especial, origem vegetal: sacarose da cana de açúcar. Embalagem primária transparente, incolor, termossoldado, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Prazo mínimo de validade: 8 meses a contar da data de entrega do produto.	Fardo c/ 30kg	430	R\$ 294,13	R\$ 126.475,90
02	ADOÇANTE NATURAL STEVIA- 80ML - Natural stevia, 100% stevia, sem adição de outros adoçantes artificiais na composição (frasco com 60 a 100 ml).	Und	30	R\$ 20,44	R\$ 613,20
03	ARROZ BRANCO TIPO I: Polido, tipo 1, Arroz agulhinha, classe longo fino, produto isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas à saúde. Pacote de 1 kg, embalagem plástica transparente com rótulo contendo informações nutricionais, data de validade/ lote. Prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega.	Fardo c/ 30kg	300	R\$ 299,72	R\$ 89.916,00
04	ARROZ BRANCO TIPO 2: Este tipo de arroz é caracterizado por grãos menores e quebrados. Oferece um perfil nutricional rico em carboidratos complexos. Pacote de 1 kg, embalagem plástica transparente com rótulo contendo informações nutricionais, data de validade/ lote. Prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega.	Fardo c/ 30kg	260	R\$ 287,16	R\$ 74.661,60
05	AMIDO DE MILHO, 100%, frd c/ 20kg – pct de 1kg Amido de milho – produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó,	Fardo c/20kg- pct	275	R\$ 331,31	R\$ 91.110,25



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

	deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p.	de 1 kg			
06	AZEITE DE DENDÊ GRANDE/400ML- FRD C/ 12UND - Avermelhado na forma líquida e na amarela na forma sólida. Visual: produto homogêneo, límpido e isento de impurezas a 50°C. Aroma: sabor característico de óleo de dendê, livre de ranço.	Caixa c/ 12x400ml	43	R\$ 265,56	R\$ 11.419,08
07	ALMÔNDegas DE CARNE EM CONSERVA LATA DE 420G – CX C/ 24UND - Almôndegas em conserva de carne bovina ao molho (bolas de carne ao molho de tomate). Produto e embalagens íntegras, livres de estofamento, ferrugens, amassados ou violação de lacre, contendo data de fabricação. Prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da entrega.	Caixa c/24 und x420g	150	R\$ 486,50	R\$ 72.975,00
08	AVEIA CEREAL FINA /200G - CAIXA COM 12PCTS: 100% natural, embalagem de papelão, com rótulo identificando o produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso em gramas. Validade mínima de 06 meses a contar a data de entrega.	Caixa c/ 12x200g	240	R\$ 131,27	R\$ 31.504,80
09	BATATA PALHA- 240G – FRD C/ 20UND - Batata palha; com cor, odor e sabor característicos, crocante, isenta de gordura trans. EMBALAGEM: acondicionada em embalagem plástica de 500 gramas, fardo c/20 und. VALIDADE: mínima de 06 meses a contar da data de entrega do produto.	Fardo c/ 240g x 20 pct	120	R\$ 366,25	R\$ 43.950,00
10	BISCOITO SALGADO INTEGRAL /400G - CAIXA COM 20PCTS Constituído basicamente por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, amido, sal, podendo conter outros ingredientes desde que declarados. Devendo ser de 1ª linha. Com cor característica de biscoito cream cracker e textura crocante, levemente salgado, sem sabor de ranço; isento de gorduras trans. EMBALAGEM PRIMÁRIA: deverá ser embalado tipo flow Pack vedado hermeticamente, com capacidade de 200g (duzentas), sendo esta rotulada conforme legislação vigente. EMBALAGEM SECUNDÁRIA :caixa de papelão reforçado devidamente fechada com fita adesiva, contendo até 06 (seis) quilos. VALIDADE: prazo mínimo de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.	Caixa c/ 20 pct x 400g	30	R\$ 260,87	R\$ 7.826,10
11	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER/ 400G – CAIXA C/ 20 PCTS Biscoito tipo cream cracker, a base de farinha de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, gordura vegetal, fibra de trigo, açúcar, extrato de malte, sal, glicose, soro de leite, fermento, estabilizante. 0% gordura trans. Embalagem de dupla proteção, com rotulo contendo informações nutricionais, lista de ingredientes, marca	Caixa c/ 20 pct x 400g	260	R\$ 230,62	R\$ 59.961,20



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

	do produto, data de validade e lote. Embalagem de 400g. validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega.				
12	BISCOITO MAIZENA /400G - CAIXA COM 20PCTS - Obtido pela mistura de farinha(s), amido(s) e ou fécula(s) com outros ingredientes, submetidos a processos de amassamento e cocção, fermentados ou não. 0% de gordura trans. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação. Dupla embalagem primária de polietileno. De 400g. Validade mínima de 06 meses.	Caixa c/ 20 pct x 400g	260	R\$ 262,15	R\$ 68.159,00
13	COCO RALADO CAIXA C/24 unidade 100g-Simples concentrado, deverá ser preparada com matérias-primas sãs. O produto deverá esta isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	Caixa c/24un d 100g	100	R\$ 317,25	R\$ 31.725,00
14	CACAU 100% EM PÓ- (g) o cacau 100% em pó oferece benefícios como a melhora da saúde cardiovascular, função cerebral e humor, além de ser uma fonte rica em antioxidantes (polifenóis e flavonoides), fibras e minerais como magnésio e ferro.O cacau é a semente do fruto do cacau e é o principal ingrediente do chocolate, e é caracterizada por ser rica em flavonoides, principalmente epicatequinas e catequinas, compostos com propriedades antioxidantes. Prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da entrega.	Caixa c/12 unidade pct c/ 200g	440	R\$ 620,52	R\$ 273.028,80
15	CORANTE (coloral) – pacote de 100g - fardo com 100und - Produto constituído pela mistura de fubá de milho com urucum em pó, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação, e validade. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	Fardo c/20pct	80	R\$ 255,58	R\$ 20.446,40
16	CAFÉ EM PÓ /250G - FARDO COM 20PCTS - Café em pó tipo 1, tradicional, torrado e moído, com aspecto, cheiro e sabor próprio. Deve apresentar certificado de selo de pureza ABIC e registro obrigatório no órgão competente. Acondicionado em embalagem a vácuo de até 250 gramas. Na embalagem do produto é necessário constar os ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Validade mínima de 06(seis) meses a contar da data de entrega.	Fardo c/20 x 250g	120	R\$ 629,12	R\$ 75.494,40



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

17	CHARQUE - CAIXA COM 30KG - Curada, seca, a base de: carne bovina/sal, embalado à vácuo. Não será aceito JERKEB BEEF. Odor: Característico; sabor próprio, apresenta-se livre de parasitas e de qualquer outras substâncias contaminantes que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração com etiquetas de identificação (validade, peso, procedência, número do registro no SIF, SIE OU SIM). Devem estar de acordo com as exigências do Ministério da Agricultura, Pecuária, e Abastecimento e Anvisa. Data de validade de no mínimo 06 meses a partir da entrega.	Caixa	128	R\$2.088,75	R\$ 267.360,00
18	CREME DE LEITE 200G – CAIXA C/ 27 UND - Embalagem tetra brik de 200g, produto de primeira linha. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. Validade mínima de 06(seis) meses a contar da data de entrega.	Caixa	320	R\$ 183,24	R\$ 58.636,80
19	CHEIRO VERDE DESIDRATADO PCT C/ 250G - Constituído de folhas, sãs, limpas e secas. Acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo de 250 gramas de peso o produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Pacote	90	R\$ 110,11	R\$ 9.909,90
20	CANJICA BRANCA (MILHO BRANCO) FARDO COM 20PCTS Amarelo tipo 1, subgrupo dourado despelculado, novo, contendo grãos inteiros, sem mofo, embalagem de 500g, com registro da Anvisa expresso na embalagem, data de validade lote e marca do fabricante	Fardo c/500und x20 und	240	R\$ 185,35	R\$ 44.484,00
21	CEREAL DE ARROZ (MUCILON DE ARROZ) SACHÊ C/ 360G – CX C/ 12 UND - Deve conter no mínimo: farinha de arroz (68%), Açúcar, Amido, Sais Minerais (Fosfato de Sódio Dibásico, Carbonato de Cálcio e Pirofosfato Férrico), Vitaminas (Vitamina C, Vitamina E, Niacina, Ácido Pantotênico, Vitamina B6, B2, B1, Ácido Fólico, e Vitaminas B12) e aromatizante. A embalagem deve conter data de validade, registro da ANVISA, tabela com	Caixa c/12x360g	240	R\$ 237,00	R\$ 56.880,00
22	COMINHO EM PÓ- 100g feito a partir das sementes secas da planta Cuminum cyminum, da família da salsa. As sementes podem ser usadas inteiras ou moídas para formar um tempero em pó, com um sabor terroso, picante e levemente amargo; Rico em Magnésio, Fósforo e Potássio. Vitaminas: Fonte de vitaminas do complexo B e vitamina E. Antioxidantes: Contém compostos antioxidantes	UND	320	R\$ 86,21	R\$ 27.587,20
23	CÚRCUMA- (ALÇAFRÃO-DA-TERRA); PCT C/ 100g Reconhecido por suas propriedades anti-inflamatórias e Contém flavonoides e bioflavonoides são compostos bioativos de origem vegetal com propriedades antioxidantes, anti-inflamatórias e que auxiliam na saúde	Fardo c/20pct	140	R\$ 89,86	R\$ 12.580,40



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

	imunológica e na absorção de vitamina C				
24	EXTRATO DE TOMATE – caixa com 24 unidades, sachê de 190g; Composição: Extrato de tomate, açúcar (normalmente 1%), e sal (normalmente até 8%); Ingredientes: Tomate, açúcar e sal. Alguns extratos podem conter aromatizantes; Ausência de Impurezas: Livre de sujidades e materiais estranhos; Embalagem: Deve ser hermética, atóxica e proteger o produto; Armazenamento: Em sachê com validade de 12 meses.	Caixa	136	R\$ 125,60	R\$ 17.081,60
25	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ- CAIXA C/ 24 UND - é um agente comum de fermentação química usado para criar uma textura leve e fofa em muitos produtos de panificação.	Caixa c/24x100g	4	R\$ 216,50	R\$ 866,00
26	FEIJÃO RAJADO - FARDO COM 30KG - Feijão rajado, tipo 1, constituído de grãos inteiros, novos e sadios. Isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de fragmentos estranhos, umidade, e misturas de outras variedades ou espécies. Apresentando Laudo de classificação e registro no Ministério da Agricultura. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. Validade de 06 meses a contar a data da entrega.	Fardo c/30 kg	140	R\$ 392,31	R\$ 54.923,40
27	FEIJÃO BRANCO - FARDO COM 30KG - Feijão branco, tipo 1, embalagem com 1Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. Validade de 06 meses a contar a data da entrega.	Fardo c/ 30 kg	80	R\$ 304,81	R\$ 24.384,80
28	FARINHA DE TAPIOCA – 500G – FRD C/ 20 PCTS - Farinha de tapioca, Subgrupo Granulada, Tipo1. Embalagem: saco plástico transparente, inviolável e resistente, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Peso líquido de 500g. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega.	Fardo c/ 10x 500g	240	R\$ 209,06	R\$ 50.174,40
29	FARINHA DE MILHO FLOCADA – FLOCOS FINOS- FARDO C/ 30PCTS - Flocos fino de milho pré-cozidos enriquecidos com ferro e ácido fólico, isento de sódio e gordura trans, rico em fibra, não podendo conter sal na formula. Embalagem deve conter marca do fabricante, registro da Anvisa, lote, valor nutricional, e peso. Com validade mínima de 06 meses a partir da data da entrega.	Fardo c/ 30 kg	190	R\$ 121,06	R\$ 23.001,40
30	FARINHA DE LÁCTEA SACHÊ C/ 210G – CX C/ 12 UND - Deve conter no mínimo: (68%), Açúcar, Amido, Sais Minerais (Fosfato de				



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

	Sódio Dibásico, Carbonato de Cálcio e Pirofosfato Férrico), Vitaminas (Vitamina C, Vitamina E, Niacina, Ácido Pantotênico, Vitamina B6, B2, B1, Ácido Fólico, e Vitaminas B12) e aromatizante. A embalagem deve conter data de validade, registro da ANVISA, tabela com valores nutricionais, lote e marca do fabricante.	Caixa c/12x210g	120	R\$ 188,60	R\$ 22.632,00
31	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO - FARDOS COM 10PCTS DE 1KG - Farinha de trigo tradicional, tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico. Embalagem de 1kg, limpos, não violados e resistentes contendo dados identificação, procedência, informações nutricionais, lote, pesos líquido. Com validade mínima de 06 meses partir da data da entrega.	Fardo c/10pct	140	R\$ 122,83	R\$ 17.196,20
32	LEITE DE COCO – 500 ML/ FRD C/ 12 UND - Emulsão aquosa extraída de frutos são e maduros do coqueiro por processos mecânicos adequados, isento de substâncias estranhas a sua composição, líquido espesso e translúcido, branco leitoso com odor e sabor característicos, não rançoso. EMBALAGEM: embalagem de vidro contendo 500ml) cada, rotulado de acordo com a legislação vigente. VALIDADE: prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.	Caixa c/12x500ml	180	R\$ 105,92	R\$ 19.065,60
33	LEITE EM PÓ INTEGRAL /200G - FARDOS COM 50PCTS - Instantâneo, enriquecido no mínimo com vitaminas A e D. isento de gorduras trans. Embalagem aluminizada com 200g. No seu rótulo deverá ter informações sobre glúten, tabela nutricional com identificação da porção, modo de preparo, prazo de validade e lote. Ter registro no Ministério da Agricultura	Fardo	500	R\$ 633,43	R\$ 316.715,00
34	LEITE DE VACA SEM LACTOSE- FARDOS C/ 50PCTS - Leite em pó integral, sem lactose, enzima lactase, vitaminas (A, D e C) e minerais (ferro e zinco) e estabilizante trifosfato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e citrato de sódio, isento de lactose e glúten. Embalagem contendo 400g. (Referência: Leite Ninho sem Lactose)	Fardo c/ 50 pct	15	R\$ 1.985,83	R\$ 29.787,45
35	LEITE DE SOJA EM PÓ- EMBALAGEM DE 200G 50pct - Leite em pó tipo soja, feito à base de proteína isolada de soja, enriquecido com vitaminas e minerais, sem lactose. Pode ser consumida como uma bebida, bastando adicionar água, ou utilizado no preparo de receitas, permitindo uma dieta sem restrições aos intolerantes à lactose e alérgicos à proteína do leite. Embalagem de 300g	Fardo	16	R\$ 1.789,58	R\$ 28.633,28
36	MANTEIGA C/ SAL BALDE C/ 10KG - Manteiga de primeira qualidade. Ingrediente Obrigatório: Creme de leite pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. Consistência sólida, pastosa à temperatura de 20°C, textura lisa e uniforme, sem manchas ou pontos de coloração, sabor	Balde	40	R\$ 596,66	R\$ 23.866,40



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

	suave, característico, sem odor e sabor estranho. Embalagem: balde				
37	MILHO PARA PIPOCA /500G – CAIXA COM 48 UND TIPO 1- limpo, isento de sujeiras, subgrupo despelculada, classe amarela, grãos qualificados, embalagem de 500g, com registro da Anvisa expresso na embalagem, data de validade, lote e marca do fabricante.	Caixa c/500g x 48 und	80	R\$ 244,70	R\$ 19.576,00
38	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS 500G/ FARDO COM 20PCTS - Massa de sêmola de trigo enriquecida com ferro, ácido fólico, ovos, corante natural de cúrcuma e urucum. Pacote com 500g. embalagem plástica transparente, resistente e termossoldado, isento de qualquer substancia estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo de 06 meses a contar da data de entrega. No rotulo deverá conter informações nutricionais, ingrediente, prazo de validade, e lote.	Fardo c/20 pct x500g	420	R\$ 174,62	R\$ 73.340,40
39	MACARRÃO PARAFUSO (MASSA PARA SOPA) /500G - FARDO COM 20PCTS Macarrão de sêmola de trigo, enriquecido com ácido fólico e ferro, ovos e corantes naturais de urucum a cúrcuma. Estar em embalagem de 500g, no rotulo deverá conter informações nutricionais, ingredientes, prazo de validade e lote.	Fardo c/20 pct x500g	300	R\$ 185,62	R\$ 55.686,00
40	MACARRÃO INTEGRAL FARDO COM 20PCTS - Macarrão integral, tipo espagete. Embalagem plástica transparente, resistente e termossoldado, isento de qualquer substancia estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo de 06 meses a contar da data de entrega. No rotulo deverá conter informações nutricionais, ingrediente, prazo de validade, e lote. (embalagem com 500 g).	Fardo c/20pct	20	R\$ 248,50	R\$ 4.970,00
41	ÓLEO COMESTÍVEL /900ML - CAIXA COM 20 LATAS - Comestível, de origem vegetal de soja, puro, refinado, isento de ranço e substâncias estranhas. Embalagem pet de 900ml, com identificação do produto, dados do fabricante, prazo de validade e peso liquido e deve estar de acordo com as normas ou resoluções da Anvisa ou do ministério da agricultura.	Caixa c/20x900ml	120	R\$ 314,87	R\$ 37.784,40
42	SUCO CONCENTRADO DE CAJÚ EM GARRAFA 500ml – FRD C/ 12 GARRAFAS. suco natural sabor de caju, caixa contendo 1 litro, composto de água, polpa de caju (mínimo 35%), açúcar, acidulante ácido cítrico, aroma natural e conservador dióxido de enxofre. Não contém glúten. Bebida não alcoólica. Não fermentada. Suco nacional. prazo de validade 12 meses.	Caixa c/12undx50 0ml	184	R\$ 140,22	R\$ 25.800,48
43	SUCO CONCENTRADO DE ACEROLA EM GARRAFA 500ml – FRD C/ 12 GARRAFAS. Suco concentrado de goiaba - suco liquido concentrado de goiaba, embalado em garrafa de 500ml, de qualidade	Caixa		R\$ 131,00	R\$ 24.104,00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

	e com rendimento de acordo com a descrição do fabricante. Prazo de validade mínimo de 12 meses a contar da data de entrega do produto. obrigatoria a apresentação de amostra	c/12undx500ml	184		
44	SARDINHA ENLATADA - CAIXA COM 50 UND - Sardinha enlatada preparada com pescado em latas de 250g, limpo eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. A embalagem não deverá estar amassada, furada ou enferrujada e deverá conter exatamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, apresentar validade mínima a 6 meses	Caixa c/50 und	150	R\$ 424,68	R\$ 63.702,00
45	SELETA DE LEGUMES- 280G – CX C/ 24 LATAS - Seleta de legumes composta de ervilhas em grãos, cenoura, batata cortadas em cubos, em conserva, cozidas hermeticamente, estrutura e tamanho uniformes, devendo ser considerado como peso líquido o produto drenado, matéria prima limpa e sã, com aspecto, cor e odor, sabor próprios e textura macia própria de cada tipo de ingrediente, livre de fertilizante, isentas de matéria terrosa, parasitas, detritos, ausência de defeitos, cascas, resíduos de vegetais. EMBALAGEM PRIMARIA: Embalado em latas acondicionadas. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: Caixa de papelão reforçado. VALIDADE: prazo mínimo de 10 (dez) meses a contar da data de entrega do produto.	Caixa c/24x280g	360	R\$ 225,30	R\$ 81.108,00
46	SAL REFINADO IODADO - FARDO COM 30KG - Sal refinado, iodado, pacote de 1kg em saco plástico transparente, resistente com solda integra, no seu rotulo deve-se conter prazo de validade e lote	Fardo c/30kg	30	R\$ 97,93	R\$ 2.937,90
47	VINAGRE /750 ML - PACOTE COM 12 GARRAFAS - Fermentado acético de vinho tinto e água (hidratado) acidez de 4 a 4,2%. Embalado em frasco plástico resistente de 500ml, registrado no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	Caixa c/12x500ml	120	R\$ 110,32	R\$ 13.238,40
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS					
HORTIFRUTIGRANJEIROS: Prioriza alimentos frescos e sazonais, essenciais para o aporte de vitaminas e fibras					
48	ABACATE FORTUNA CX C/ 20 KG - Abacate de primeira qualidade, tamanho médio padronizado, fresco, inteiro, são e firme com grau de maturação adequado que suporta a manipulação, transporte e a conservação adequada para consumo, isento de substancias terrosas, sujidades ou corpos estranhos, devem ser entregues embalados, etiquetados e pesando de acordo com o pedido.	Caixa c/20kg	200	R\$ 406,12	R\$ 81.224,00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

49	ALHO, apresenta bulbo inteiro, de primeira qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, devendo estar bem desenvolvido e sadio. Não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes a superfície. Embalagem em sacos plásticos resistentes com etiqueta informando o peso.	Caixa c/20kg	200	R\$ 617,37	R\$ 123.474,00
50	BANANA PRATA CX C/ 20KG - Banana prata, em pencas, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos decorrentes do transporte e manuseio, devendo atender legislação vigente. APRESENTAÇÃO: acondicionados em caixas, atendendo aos padrões de embalagem de acordo com a legislação vigente.	Caixa c/20kg	400	R\$ 281,12	R\$ 112.448,00
51	BETERRABA - Nova, limpa, sem sujidades, de primeira qualidade. Deve apresentar características bem formadas, livres de dano fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue conforme o cronograma de perecíveis da alimentação escolar. Embalagem com peso identificado.	Saca c/20kg	400	R\$ 257,50	R\$ 103.000,00
52	BATATA - Deve ser lavada, lisa, de primeira qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentam rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Com tamanho uniforme, devendo ser de porte médio a graúdas. Embalagem em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentado na embalagem etiqueta de pesagem.	Saca c/20kg	400	R\$ 170,00	R\$ 68.000,00
53	CENOURA, De primeira qualidade, nova, casca sã, aspecto, cor odor e sabor próprios, não apresentando manchas ou sujidades.	Saca c/20kg	400	R\$ 264,75	R\$ 105.900,00
54	CEBOLA - Tamanho médio, nova, de primeira qualidade, com casca, compacta e firme, sã, sem rupturas, sem lesões de origem física ou mecânica, isenta de partes pútridas, livre de enfermidades. Embalada em sacos plásticos resistentes com etiqueta de pesagem.	Saca c/20kg	100	R\$ 216,25	R\$ 21.625,00
55	LARANJA PERA – CAIXA COM 20 KG Laranja tipo pera, in natura, tamanho médio, sabor doce, não murcha com casca integra.	caixa	300	R\$ 292,25	R\$ 87.675,00
56	MAÇÃ NACIONAL – CX C/ 18/KG - Características técnicas: fugi ou gala, classe de 70 à 100mm, tipo categoria I, conforme inscrição normativa nº 50 de 03/09/2002. Deve apresentar as características de qualidade, bem formadas, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas tolerâncias previstas em Lei. Unidade: Kg	Caixa c/18kg	300	R\$ 435,37	R\$ 130.611,00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

57	TOMATE- CX 25KG- O tomate é uma excelente fonte de fibras, que ajudam na digestão e no funcionamento do intestino. Qualidade do produto, Limpo, sem lesões, sujidades, de primeira qualidade. Deve apresentar características bem formadas, livres de dano fisiológicos, pragas. Entregue conforme o cronograma de perecíveis da alimentação escolar. Embalagem com peso identificado.	Caixa c/25kg	150	R\$ 344,18	R\$ 51.627,00
58	OVO - CAIXA COM 30 DÚZIAS - Branco ou vermelho, de boa procedência, limpos, frescos e acondicionado em caixinhas de papelão ou isopor, contendo etiquetas com prazo de validade.	Caixa c/30 dúzias	120	R\$ 548,42	R\$ 65.810,40
59	REPOLHO VERDE Caixa c/20kg.Novo, limpa, sem sujidades, de primeira qualidade. Deve apresentar características bem formadas, livres de dano fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue conforme o cronograma de perecíveis da alimentação escolar. Embalagem com peso identificado.	Caixa c/20kg	500	R\$ 257,25	R\$ 128.625,00
60	UVA RUBI CX C/ 5KG - Uva Rubi: in natura, 1a qualidade, fresco, sem lesões, sem sinais de apodrecimento, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas.	Caixa c/5kg	300	R\$ 208,72	R\$ 62.616,00
CONGELADOS: Inclui proteínas de alto valor biológico, armazenadas em condições que preservam qualidade e segurança, adequadas para entregas em áreas remotas.					
61	FRANGO INTEIRO – CX C/ 18 KG - Inteiro, resfriado, com aspecto cor e cheiro próprios, sem manchas e parasitas, acondicionado em saco plástico.	Caixa c/18kg	300	R\$ 399,06	R\$ 119.718,00
62	PEITO DE FRANGO SEM PELE - Sem pele e osso, de primeira qualidade, contendo selo de inspeção, em embalagens plásticas resistentes e lacradas contendo 1 kg. Entregue congelado, contendo em seu rotulo, espécie do produto, data da embalagem, validade e peso, sem tempero. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar, deverão ser entregues em caminhões frigoríficos	Caixa	2.500	R\$ 527,12	R\$ 1.317.800,00
63	FILÉ DE TILÁPIA; produto de carne branca, magra e de sabor suave, com textura delicada, sendo sem pele e espinhas. É embalado individualmente ou em pacotes e congelado rapidamente para preservar frescor e nutrientes, ideal para diversas preparações como assado, grelhado ou frito, fontes de proteína magra e com baixo teor de calorias; vitaminas e minerais: Ferro, zinco e fósforo	kg	2.300	R\$ 322,28	R\$ 741.244,00
64	POLPAS DE ACEROLA - Produto não fermentado, não alcoólico, não contem glúten e sem conservantes ou aditivos de qualquer natureza. As frutas que servirão de base do produto final deverão ser de boa qualidade. O produto deverá ser transportado sob refrigeração, entregue nas datas agendadas nas unidades atendidas. A embalagem	Kg	1.000	R\$ 39,05	R\$ 39.050,00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

	deve ser de 1kg, rotulada conforme legislação vigente, apresentar alvará sanitário.				
65	POLPAS DE CAJU, Produto não fermentado, não alcoólico, não contem glúten e sem conservantes ou aditivos de qualquer natureza. As frutas que servirão de base do produto final deverão ser de boa qualidade. O produto deverá ser transportado sob refrigeração, entregue nas datas agendadas nas unidades atendidas. A embalagem deve ser de 1kg, rotulada conforme legislação vigente, apresentar alvará sanitário	Kg	1.000	R\$ 39,71	R\$ 39.710,00
66	POLPAS DE GOIABA - Produto não fermentado, não alcóolico, não contem glúten e sem conservantes ou aditivos de qualquer natureza. As frutas que servirão de base do produto final deverão ser de boa qualidade. O produto deverá ser transportado sob refrigeração, entregue nas datas agendadas nas unidades atendidas. A embalagem deve ser de 1kg, rotulada conforme legislação vigente, apresentar alvará sanitário	Kg	1.000	R\$ 38,31	R\$ 38.310,00
67	POLPAS DE AÇAÍ; açaí orgânico puro com Polpa de Açaí 1kg; Orgânica e Certificada: Produzida em uma fábrica com certificações, garantindo qualidade e segurança alimentar; Pura e Saudável: Nada de adoçantes ou misturas; Segurança Alimentar Garantida: Os frutos passam por um rigoroso processo de lavagem com ozônio antes de qualquer manipulação. Esse cuidado elimina riscos de contaminação, incluindo a doença de Chagas, oferecendo a você total segurança; Sustentabilidade: Produção responsável, respeitando o meio ambiente e promovendo a saúde.	Kg	4.000	R\$ 46,48	R\$ 185.920,00
PÃES: Garante itens frescos para lanches rápidos, com especificações que asseguram consumo imediato e adequação nutricional.					
68	PÃO DE CHÁ - Fresco, pesando no mínimo 60g por unidade, (ingredientes: farinha de trigo, ovos margarina, sal, açúcar, açúcar melhorado, água). Embalados em embalagem plástica de forma que não amassem. Entrega conforme cronograma de entrega de pães, solicitado pelo setor de nutrição da secretaria	und	30.000	R\$ 3,62	R\$ 108.600,00
69	PÃO INTEGRAL UND DE 500G - Pão integral (Pão fatiado tipo fôrma. Pacotes de 500g. Deverá ser fabricado com matéria-prima de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa, parasitos, conservantes de qualquer espécie e em perfeito estado de conservação, será rejeitado o pão queimado ou mal assado, dormido, o que apresentar bolores, fermentação estranha, manipulação defeituosa do produto, será permitido a fabricação de pão com farinha de trigo enriquecida com	Und	100	R\$ 22,01	R\$ 2.201,00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

	vitaminas e sais minerais. Validade de 5 dias a contar a data de entrega.				
CARNES: Separa proteínas frescas para refeições principais, exigindo transporte refrigerado e inspeção rigorosa para segurança alimentar.					
70	CARNE BOVINA COM OSSO - Carne com osso refere-se ao corte em que parte do osso permanece junto à carne. Carne bovina livre de gordura aparente e substâncias estranhas que sejam impróprias para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organoléticas). Produto fresco, processar/cortar e entregar congelado em pacotes plásticos próprios para alimentos com 1kg do produto por pacote. Rotulo/etiqueta especificando, nome do produto, peso marca/ procedência (frigorífico) e data que foi processada/cortada. Obrigatório ser produto com registro de inspeção sanitária e ser transportada em veículo refrigerado.	Kg	3.000	R\$ 52,00	R\$ 156.000,00
71	CARNE BOVINA SEM OSSO – ACÉM - Carne bovina livre de gordura aparente e substâncias estranhas que sejam impróprias para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organoléticas). Produto fresco, processar/cortar e entregar congelado em pacotes plásticos próprios para alimentos com 1kg do produto por pacote. Rotulo/etiqueta especificando, nome do produto, peso marca/ procedência (frigorífico) e data que foi processada/cortada. Obrigatório ser produto com registro de inspeção sanitária e ser transportada em veículo refrigerado.	Kg	4.000	R\$ 72,87	R\$ 291.480,00
72	CARNE BOVINA MOÍDA - Carne bovina com pouca gordura (tipo patinho, acém), moída, frescas/nova e congelada para a entrega. Isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias para consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organoléticas). Embalagem plástica, transparente próprias para alimentos com peso de 1kg, etiqueta especificando o nome do produto, marca e procedência (frigorífico inspecionado), peso, data que foi processado (móido), transportada em veículo refrigerado. Obrigatório que o produto contenha registro de inspeção sanitária	Kg	4.000	R\$ 44,00	R\$ 176.000,00
VALOR GLOBAL (Seis milhões novecentos e quarenta e seis mil duzentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos)					R\$ 6.945.948,54

5 – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

5.1. A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado está prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Educação e Fundo Municipal de Educação, indicada áreas competentes sob rubricas e dotações correspondentes no orçamento para 2026.





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

Nº	UNIDADE	DISP.ORÇAMENTARIA	
		AÇÃO	NATUREZA
01	GESTÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - PNAE	12.361.0073.2-020	3.3.90.30.00.00
02	GESTÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - PNAE - FUNDAMENTAL (RP)	2.361.0073.2-021	3.3.90.30.00.00
03	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - MDE	12.365.0020.2-027	3.3.90.30.00.0
04	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL 30%	12.361.0021.2-029	3.3.90.30.00.00
05	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL 30%	12.365.0403.2-033	3.3.90.30.00.00
06	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	12.366.0073.2-028	3.3.90.30.00.00

6- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto nas especificações contidas no contrato administrativo;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato administrativo, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto da proposta;
- e) Fornecer o objeto no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer os produtos e serviços dentro dos padrões exigidos neste termo de referência;
- g) Manter durante a execução do Contrato assinado, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

7-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto contratado;
- b) Aplicar à Contratada penalidade, quando for o caso;
- c) Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução do contrato administrativo;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal e recibo no setor competente;
- e) Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

8 - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo máximo de entrega do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

8.2. **Entrega: 5 (Cinco) dias.**

8.3. **A vigência da presente contratação será determinada: no período de 12 meses consecutivos**, considerada da data de publicação de do extrato do contrato e assinatura do respectivo instrumento de ajuste.

9 - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO RESTRITO

9.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

10 - DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da entrega dos produtos, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

11 - DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA FINANCEIRA

11.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

11.2. Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, dentre outras, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

12 - DO CRITÉRIO DO OBJETO

12.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

13 - DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

13.1 Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.2. Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para o respectivo item registrado nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

13.3. CABE AO FISCAL DO CONTRATO:



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

- 13.3.1. Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação da prestação dos serviços;
- 13.3.2. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes na proposta apresentada, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;
- 13.3.3. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- 13.3.4. Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;
- 13.3.5. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições da Proposta e seus anexos, planilhas, cronogramas etc.;
- 13.3.6. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- 13.3.7. Recusar serviço diverso daquele que se encontra especificado no respectivo contrato ou ordem de serviços/fornecimento, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- 13.3.8. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
- 13.3.9. Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
- 13.3.10. Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada.
- 13.4.1. CABE AO GESTOR DO CONTRATO:
- 13.4.2. Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
- 13.4.3. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;
- 13.4.4. Emitir avaliação da qualidade do serviço;
- 13.4.5. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- 13.4.6. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
- 13.4.7. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
- 13.4.8. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

13.4.9. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;

13.4.10. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no

§ 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

14.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

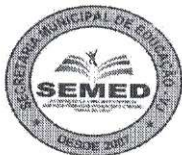
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

15.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8- DO FORO

8.1 Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou ações decorrentes do Edital e do Contrato Administrativo que futuramente serão formalizados, fica eleito o Foro da Comarca de Vitória do Jari/AP, com a renúncia de qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição que tenham ou venham a ter.





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

Aprovo o presente Termo de Referência de acordo com a legislação vigente.

Vitória do Jari/AP, ____ de ____ 2026

RAFAEL DA SILVA TOSCANO
Secretário Municipal de Educação/PMVJ
Decreto Nº 776/2025-GAB-PMVJ

Rafael da Silva Toscano
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 776/2025 -GAB/PMVJ

Leiciane do Soc. dos Santos Fernandes
LEICIANE DO SOCORRO DOS SANTOS FERNANDES
COORDENADORA DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 028/2026-SEMED/PMVJ





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

Anexo TR III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, A Secretaria Municipal de Educação Através do Fundo Municipal de Educação/PMVJ, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ, sob o n. 30.144.641/0001-80, estabelecida na Avenida Ayrton Senna, 85, Bairro: Comercial no Município de Vitória do Jari/AP, aqui representado pela Senhor SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/PMVJ, Senhor **REFAEL DA SILVA TOSCANO**, e a empresa..... com sede na Rua.....

, inscrita no CNPJ sob n., neste ato representado pelo(a) Sr.(a)....., CPF n., acordam proceder, nos termos, referente ao Pregão Eletrônico, homologado em XX/XX/2026, sujeito a Lei 14.133/2021, e ao respectivo edital, o registro de preços referente aos Produtos abaixo discriminados:

CLÁUSULA I – REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MERENDAS ESCOLARES, ATENDENDO AS NECESSIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ XXXX.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$



[illegible]



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

TOTAL						

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 meses, a partir da sua assinatura, sendo permitida a prorrogação por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

SEÇÃO III - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1- A possível despesa decorrente da aquisição do objeto desta licitação correrá por conta dos recursos orçamentários previstos para o exercício de 2026, os quais serão apresentados nas Ordens de Compra pelos elementos da Secretaria Municipal de Educação.

Nº	UNIDADE	DISP.ORÇAMENTARIA	
		AÇÃO	NATUREZA
01	GESTÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - PNAE	12.361.0073.2-020	3.3.90.30.00.00
02	GESTÃO DO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR - PNAE - FUNDAMENTAL (RP)	2.361.0073.2-021	3.3.90.30.00.00
03	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - MDE	12.365.0020.2-027	3.3.90.30.00.0
04	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL 30%	12.361.0021.2-029	3.3.90.30.00.00



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

05	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL 30%	12.365.0403.2-033	3.3.90.30.00.00
06	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	12.366.0073.2-028	3.3.90.30.00.00

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo Município, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico Nº.XXX/2026.

3.2. Em cada fornecimento de produto decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Eletrônico Nº XX/2026 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

4.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas por conta dos recursos orçamentários previstos para o exercício de 2026, os quais serão apresentados na Ordem de Compra pela Secretaria.

4.1.1. O pagamento do Preço pactuado será conforme a proposta homologada, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta Licitação, deverão ser pagas em até 30 dias após seu recebimento.

4.2 - Conforme Decreto nº 339 GAB/PMVJ, de 20 de março de 2023, do município de Vitória do Jari/AP, os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionadas no art. 1º, cabendo aos prestadores de serviços e fornecedores de o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais emitidas (art. 2º, Decreto n. 3169/2023).

4.3- Nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto n. 3169/2023, não se sujeitam à retenção do Imposto de Renda na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

elencados no art. 4º da IN RFB n. 1.324 de 2012.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os produtos deverão ser entregues parceladamente no decorrer de 12 (doze) meses, em 10 (dez) dias sempre a contar da data de recebimento / ciência da Autorização de Fornecimento, diretamente ao responsável, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital / Termo de Referência.

5.1. Local de entrega: A entrega do objeto desta ata será feita aos responsáveis no local indicado na Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas na Lei 14.133/2021, conforme estabelecido no Edital.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 03 (três) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardada os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa da 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 03 (três) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei n. 14.133/2021 e alterações.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

CLÁUSULA VIII – DO REEQUILÍBRIO E DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. O reequilíbrio dos preços, com o consequente reajuste de preços, poderá ser solicitado pelo detentor da ata caso haja um encarecimento do produto no mercado, desde que imprevisível e que comprove devidamente o aumento, sem qualquer acréscimo em sua margem de lucro, sendo que igual procedimento deverá ser adotado em caso de decréscimo do valor de mercado do produto, neste caso conforme convocação da Administração.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

CLÁUSULA X – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo Município, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente autorizados quando da solicitação.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido de imediato à sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto.

A Secretaria Municipal de Educação-FME/PMVJ, não será responsável por quaisquer ônus, direito ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XII– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Os produtos deverão ser entregues parceladamente no decorrer de 12 (doze) meses, contando-se 10 (dez) sempre da data de recebimento / ciência da Autorização de Fornecimento, exclusivamente no endereço ao responsável, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital / Termo de Referência.

11.2 Entregar os produtos no local determinado na ordem de compra, ficando a Contratada responsável sem custo de frete, não sendo a Contratante responsável por sua retirada.

11.3. A empresa contratada se obriga pela qualidade dos produtos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

11.4. A contratada se obriga a manter durante a execução deste contrato, todas as condições de idoneidade exigidas no processo.

11.5. Entregar os produtos em ótimo estado, com ótima qualidade.

11.6. O transporte de produtos perecíveis deve respeitar todas as regulamentações legais de refrigeração e trato com os produtos.

CLÁUSULA XIII – DA FISCALIZAÇÃO E DA ACEITAÇÃO

12. A CONTRATANTE fiscalizará a entrega dos materiais/objetos licitados, nos termos da Lei 14.133/2021, através da Secretaria Municipal, através do Fiscal de Contratos Designado.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13. Integram esta Ata, o Edital e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

13.1. Fica eleito o foro da Comarca do Município de Vitória do Jari (AP), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitória do Jari (AP), ____ de ____ de 2026

ÓRGÃOS GERENCIADORES

RAFAEL DA SILVA TOSCANO
Secretário Municipal de Educação/PMVJ
Decreto Nº XXX/2025-GAB-PMVJ

EMPRESA DETENTORA DA ATA:

EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS:

CPF/MF n.º _____

CPF/MF n.º _____





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



(Processo Administrativo nºXXX/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ---/2026, QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E
.....

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI/AP, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DO JARI, inscrito no CNPJ nº 30.144.641/0001-80, com sede na Avenida Ayrton Senna , nº 85, Bairro Comercial no Município de Vitoria do Jari/AP, CEP 68924-000, neste ato representado pelo(a),*(cargo e nome)* nacionalidade, estado civil, inscrito no CPF/MF sob o nºe RG nº, doravante denominado CONTRATANTE,, e a empresa, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por, (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.*

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **MERENDA ESCOLAR**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

2.1.2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.*

2.2. *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.3. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.4. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de XXXXXXX (60 dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXXX(60 dias).

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

9.18. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

9.19. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

9.20. *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

9.21. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

10.2. *Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

10.3. *A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

10.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste contrato.*

10.5. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

10.6. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

10.6.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

- 10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, observada a legislação que rege a matéria.
- 10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 10.16.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 10.16.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



10.16.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;
2. Moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- i. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município de Vitória do Jari.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 13.1.1. Gestão/Unidade:
- 13.1.2. Fonte de Recursos:
- 13.1.3. Programa de Trabalho:
- 13.1.4. Elemento de Despesa:
- 13.1.5. Plano Interno:





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na imprensa oficial e/ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vitória do Jari, Estado de Amapá, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21

Vitória do Jari, xxx de xxxx de xxxx2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ**

Anexo TR V - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Número do processo: 115/2026-NPC/SEMED/PMVJ

2. Identificação da Unidade Demandante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DO JARI

2.1 Área Requisitante:

SETOR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

3. Objetivo:

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com o disposto no art. 18, I c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021, que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda descrita abaixo, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar e embasar eventual Termo de Referência.

Neste sentido, o presente documento expõe resultados dos estudos realizados e busca descrever a solução que atenderá à necessidade especificada, caracterizando a primeira etapa da fase de planejamento de eventual contratação que venha a se mostrar adequada e necessária, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública

4. Descrição da necessidade

4.1 O presente estudo técnico preliminar tem como objetivo suprir as necessidades precípua que permeiam o interesse público e a coletividade. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) através do Departamento de Alimentação Escolar visa fornecer alimentação aos alunos matriculados na rede de ensino, norteados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e está regulamentada atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020 e suas alterações. O PNAE consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal, e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Para atender aos estudantes matriculados na educação básica pública da rede municipal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de forma automática e sem necessidade de convênio ou instrumento congênere, os recursos financeiros federais do PNAE e repasse do tesouro municipal.

4.2 A merenda escolar é um componente essencial para o desenvolvimento educacional, contribuindo para a segurança alimentar, o bem-estar e o desempenho escolar dos alunos. O fornecimento parcelado visa assegurar a continuidade do atendimento, com produtos frescos e adequados, considerando a logística de entrega no município, que apresenta particularidades geográficas e de acesso. A contratação de empresa especializada é necessária para garantir a eficiência, a qualidade e a conformidade com as exigências legais e nutricionais, além de atender à demanda de forma regular e contínua ao longo do ano letivo.

4.3. A presente contratação é motivada pela necessidade de aquisição de Merenda Escolar, pelo Sistema de Registro de Preços pelo período de 12 meses, objetivando suprir as demandas oriundas da rede municipal de ensino de Vitória do Jari-AP.

4.4. Especificações do Objeto

- **Fornecimento Parcelado:** Os gêneros alimentícios devem ser entregues de forma fracionada, em datas e quantidades previamente definidas, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, para atender às escolas da rede municipal.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

- **Tipos de Alimentos:** Os produtos fornecidos devem incluir gêneros alimentícios in natura, industrializados e/ou minimamente processados, como hortifrutigranjeiros, cereais, proteínas (carnes, aves, peixes, ovos), laticínios, pães, biscoitos, sucos, entre outros, conforme cardápio elaborado por nutricionista.
- **Qualidade e Segurança Alimentar:** Todos os produtos devem atender às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), possuir registro nos órgãos competentes, estar dentro do prazo de validade e ser armazenados e transportados em condições adequadas de higiene e temperatura.
- **Adequação ao PNAE:** Pelo menos 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados à merenda escolar devem ser utilizados na aquisição de produtos da agricultura familiar, conforme disposto na Lei nº 11.947/2009.
- **Cardápio Nutricional:** O fornecimento deve seguir cardápios elaborados por nutricionistas, considerando as faixas etárias dos alunos, as necessidades nutricionais e a diversidade alimentar, promovendo a educação alimentar e a valorização da cultura local.
- **Quantitativo Estimado:** O volume de gêneros alimentícios será definido com base na per capita de alunos matriculados, número de dias letivos e quantidade de refeições diárias, conforme levantamento realizado pelo Setor de Alimentação e Nutrição Escolar - SEMED.

4.5. As estimativas de quantidades constituem mera previsão dimensionada, e serve somente como referência para elaboração da proposta não estando o município obrigado a realizá-las em sua totalidade, não cabendo a CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização. Portanto, o município se reserva ao direito de, a seu critério, utilizar ou não as quantidades previstas. O ponto de partida para definição das quantidades foi o quantitativo de alunos atendidos e a mensuração para o atendimento de 12 meses, fornecendo para os anos letivos de 2026 e 2027.

5. Do local e Entrega dos Produtos:

5.1 Da Entrega:

A aquisição dos produtos, será realizada de acordo com a necessidade da direção das escolas, e será formalizada através de ordem de serviço, onde contarão as quantidades e o local de entrega dos produtos. O prazo para entrega dos produtos é de 05 (cinco) dias corridos, a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

5.2 Local e Horário

Os produtos deverão ser entregues mediante solicitação formal da contratante e deverão ser entregues no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Jari.

5.3 Especificações de Entrega

Para a entrega dos produtos, deverá conter a quantidade total solicitada na Ordem de Serviço, não sendo permitidas entregas parceladas, que não sejam descritas na OF, sob pena de devolução dos produtos incompletos, e bem como poderá ser aplicado às penalidades previstas, salvo se expressamente solicitado ou autorizado pela contratante. Devendo a contratada arcar com todas as despesas de deslocamento de funcionários e equipamentos.

5.4 Recebimento dos Produtos

5.4.1 Os produtos deverão ser entregues em perfeito estado. Sendo constatada que os mesmos foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação, sem ônus para a Secretaria Municipal de Educação, imediatamente.





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

5.4.2 Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rejeitar os produtos e em desacordo com as especificações e condições deste Termo, do edital e do instrumento contratual, ficando a CONTRATADA obrigada a substituir, corrigir, remover reconstituir ou reparar os materiais irregulares, caso os produtos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela SEMED/PMVJ, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-los ou complementá-los em 10 (dez) dias. Caso a substituição dos produtos não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste termo.

5.4.3 O contratado deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza. O contratado deverá fornecer os itens de acordo com as normas vigentes. Os itens deverão possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos, sendo esta garantia de sua total responsabilidade.

5.4.4 O contratado deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos gêneros alimentícios fornecidos. O contratado deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos produtos, sem qualquer ônus para a SEMED/PMVJ. O contratado deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

5.4.5 A fiscalização por parte do município e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como pelos danos prejuízos a SEMED/PMVJ ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ética- profissional pela perfeita execução do contrato.

5.5 Encargos

As despesas com transporte, fretes, bem como qualquer outro relacionado à entrega do produto é de total responsabilidade da contratada.

5.6 Da Fiscalização e Acompanhamento do contrato

5.6.1 O recebedor deverá atestar o recebimento e a qualidade dos bens e serviços no recibo de entrega ou comunicar formalmente ao respectivo Gestor do contrato eventuais irregularidades relacionadas à entrega dos produtos. O responsável pelo recebimento dos produtos adquiridos por esta secretaria deve ser designado através de portaria, publicada no Diário Oficial do Município de Vitória do Jari-AP.

5.6.2 Quando a entrega for realizada diretamente nas unidades escolares da rede municipal de ensino e nos departamentos da secretaria municipal de educação, o recebedor deverá atestar o recebimento e a qualidade dos produtos no recibo de entrega ou comunicar formalmente ao respectivo Gestor do contrato eventuais irregularidades relacionadas à entrega dos gêneros alimentícios.

6. Do Levantamento de Mercado

6.1. A aquisição de itens de gêneros alimentícios para merenda escolar é amplamente realizada por órgãos e entidades, com a finalidade de atender as necessidades da rede municipal de ensino.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



6.2. Foram realizadas buscas e analisadas contratações anteriores, por meio de consultas a outros editais e ARP, nesse sentido foi realizado pesquisa de preço local com mais de três empresas resultando na média de preço dos produtos. Objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto que se pretende contratar.

6.3. Possíveis cenários para suprir a demanda apresentada:

6.3.1. Dispensa Eletrônica

Descrição: A Dispensa Eletrônica, prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é uma modalidade de contratação direta, sem licitação, aplicável a bens e serviços de até R\$ 62.000,00. Para a merenda escolar, seria usada para contratações pontuais ou emergenciais.

Viabilidade:

- **Vantagens:** Processo rápido, com menor burocracia, ideal para aquisições urgentes ou de pequeno porte.
- **Limitações:**
 - O valor estimado para o fornecimento de merenda escolar para a rede municipal geralmente excede o limite de R\$ 62.000,00, tornando a modalidade inadequada.
 - Não é compatível com o Sistema de Registro de Preços (SRP) para contratações parceladas de longo prazo.
 - Reduz a competitividade, podendo comprometer a economicidade e a qualidade dos produtos, além de limitar o cumprimento de exigências do PNAE, como aquisição de produtos da agricultura familiar.
- **Aplicabilidade:** Viável apenas para situações emergenciais ou contratações de pequeno valor, não atendendo à demanda contínua e de grande escala da rede municipal.

6.3.2. Adesão a Ata de Registro de Preços (ARP)

Descrição: A adesão a uma ARP, ou "carona", conforme art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 7.892/2013, permite que o município utilize uma Ata de Registro de Preços licitada por outro órgão para contratar os mesmos itens nas mesmas condições.

Viabilidade:

- **Vantagens:**
 - Agilidade, pois elimina a necessidade de novo processo licitatório.
 - Possibilidade de aproveitar preços competitivos de licitações anteriores.
- **Limitações:**
 - Dependência de atas existentes com itens, quantidades e condições compatíveis com as necessidades do município.
 - Limite de adesão de até 50% do quantitativo original (art. 86), o que pode não suprir toda a demanda.
 - Dificuldade em atender especificidades locais, como logística de entrega em áreas rurais/fluviais de Vitória do Jari-AP.
 - Menor controle sobre a escolha de fornecedores e a adequação dos produtos às exigências nutricionais e sanitárias.
- **Aplicabilidade:** Adequada quando há atas disponíveis e compatíveis, mas menos indicada devido às particularidades logísticas e nutricionais do objeto.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



6.3.3. Pregão Eletrônico (Escolhido como Melhor Cenário)

Descrição: O Pregão Eletrônico, previsto nos arts. 28 a 39 da Lei nº 14.133/2021, é uma modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, realizada em plataforma eletrônica, com disputa de preços em tempo real. É especialmente indicado para contratações que utilizam o Sistema de Registro de Preços, conforme art. 82 da mesma lei.

Viabilidade:

- **Vantagens:**

- Competitividade: O pregão eletrônico maximiza a participação de fornecedores, promovendo lances competitivos que resultam em preços mais vantajosos (art. 5º, inciso VI, Lei nº 14.133/2021).
- Transparência: A realização em plataforma eletrônica (ex.: LicitaNet) garante publicidade e rastreabilidade do processo, atendendo ao princípio da transparência (art. 5º, inciso II).
- Adequação ao SRP: O pregão é a modalidade preferencial para o SRP (art. 82, § 1º), permitindo a elaboração de uma Ata de Registro de Preços que oferece flexibilidade para contratações parceladas ao longo do ano letivo.
- Customização: Permite a elaboração de um edital específico, considerando as particularidades do município, como logística de entrega em áreas rurais/fluviais e a (obrigatória pelo PNAE, Lei nº 11.947/2009).
- Controle de Qualidade: O edital pode prever critérios rigorosos de habilitação técnica e fiscal, garantindo fornecedores capacitados para atender às exigências do PNAE e da Vigilância Sanitária.

- **Limitações:**

- Maior tempo de preparação em comparação com a Dispensa Eletrônica, devido à necessidade de elaboração de edital e trâmites licitatórios.
- Exige capacidade técnica da administração para gerir o processo e fiscalizar o contrato.

6.3.4. Justificativa para Escolha do Pregão Eletrônico (Embasada na Lei nº 14.133/2021): O Pregão Eletrônico é o melhor cenário para a contratação do fornecimento parcelado de merenda escolar, por razões fundamentadas na Lei nº 14.133/2021:

- **Economicidade (art. 5º):** O pregão promove ampla competição, permitindo lances em tempo real, o que tende a reduzir custos e garantir preços mais vantajosos para a administração pública. Isso é crucial para otimizar os recursos do FNDE e atender à demanda de toda a rede municipal.
- **Adequação ao Objeto (art. 28):** A merenda escolar é considerada um "bem comum" (gêneros alimentícios padronizáveis), sendo o pregão a modalidade indicada para esse tipo de contratação, especialmente quando associada ao SRP.
- **Flexibilidade do SRP (art. 82):** O Sistema de Registro de Preços permite contratações parceladas, ajustadas à demanda real das escolas, com vigência de até 12 meses (prorrogável em casos específicos), garantindo continuidade no fornecimento sem a necessidade de novos processos licitatórios frequentes.
- **Transparência e Controle (art. 5º):** A realização em plataforma eletrônica assegura publicidade, isonomia e rastreabilidade, reduzindo riscos de irregularidades e facilitando a fiscalização por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas.
- **Capacidade de Customização:** O edital pode ser adaptado às necessidades específicas do município, como cronogramas de entrega, tipos de alimentos e logística para áreas de difícil acesso, garantindo a eficácia do fornecimento.
- **Planejamento e Sustentabilidade (art. 5º):** O pregão permite um planejamento robusto, com a possibilidade de incluir cláusulas de sustentabilidade (ex.: embalagens recicláveis) e critérios de qualificação técnica, assegurando fornecedores aptos a atender às exigências do contrato.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

Aplicabilidade: O Pregão Eletrônico é ideal para atender à demanda contínua e de maior vulto da merenda escolar, garantindo qualidade, economicidade e conformidade legal, com a flexibilidade do SRP para contratações ao longo do ano letivo.

7. Requisitos para a Contratação

7.1. A empresa deverá atender aos seguintes critérios para assegurar a qualidade no fornecimento dos produtos previstos e de acordo com as necessidades da Escola Municipais, ofertar gêneros alimentícios para merenda escolar de qualidade e garantia, com selo e reconhecimento de órgãos reguladores, a exemplo da ANVISA, quando couber.

7.2. Os produtos adquiridos pelo órgão devem ser adequados ao uso pretendido, ser compreendido pela equipe técnica, estar em condições seguras de uso, ter registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

7.3. Requisitos de Sustentabilidade: Menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos; Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; Menor presença de materiais perigosos ou tóxicos; Maior vida útil; Possibilidade de reutilização ou reciclagem; Geração de menor volume de resíduos; Uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais; Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na confecção, na embalagem, no transporte e no armazenamento dos materiais a serem adquiridos.

7.4. O objeto deste Estudo Técnico Preliminar possui natureza continuada.

8. Descrição da Solução como um todo:

8.1. A solução proposta consiste na contratação, por Sistema de Registro de Preço, de fornecedores com capacidade comprovada para atender de forma contínua e regular às necessidades de fornecimento de gêneros alimentício para merenda escolar nas escolas do município. Essa contratação é imprescindível para garantir a regularidade da alimentação escolar adequada da rede municipal, essencial para a saúde, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, além de assegurar direito constitucional garantido pelo artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal de 1988. A abordagem adota uma logística eficiente para entregas pontuais e regulares, com planejamento detalhado para atender às especificidades de cada unidade escolar. Além disso, prioriza-se o estímulo ao comércio local, fortalecendo a economia regional e gerando impactos sociais positivos, ao mesmo tempo em que se assegura a celeridade necessária para situações emergenciais e a plena conformidade com a Lei 14.133/2021.

8.2. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, sendo considerado critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para administração é a de menor preço. Tendo em vista que os itens necessários já foram escolhidos, não havendo a necessidade de utilização de outro critério de julgamento.

8.3. Os objetos deverão ser entregues em perfeito estado. Sendo constatada qualquer irregularidade ou não obedecerem rigorosamente às exigências do presente termo, serão recusados e o fornecedor deverá entregar nova remessa dentro das condições ideais, sem ônus para a Contratante, cujo prazo será determinado no ato, pelo responsável pela fiscalização e recebimento do bem, o qual deverá comunicar imediatamente ao departamento solicitante, para que sejam adotadas as sanções cabíveis.

9. Estimativa das Quantidades e especificações do objeto

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO ITEM	UND	QTD
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS			
ALIMENTOS MINIMAMENTE PROCESSADOS E PROCESSADOS: Engloba itens de longa durabilidade e alimentos prontos com processamento mínimo, garantindo estoque estável e variedade nutricional.			
01	AÇÚCAR REFINADO FARDO COM 30KG - Especial, origem vegetal: sacarose da cana de açúcar. Embalagem primária transparente, incolor, termossoldado, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Prazo mínimo de validade: 8 meses a contar da data de entrega do produto.	Fardo c/ 30kg	430



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



02	ADOÇANTE NATURAL STEVIA- 80ML - Natural stevia, 100% stevia, sem adição de outros adoçantes artificiais na composição (frasco com 60 a 100 ml).	Und	30
03	ARROZ BRANCO TIPO I: Polido, tipo 1, Arroz agulhinha, classe longo fino, produto isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas à saúde. Pacote de 1 kg, embalagem plástica transparente com rotulo contendo informações nutricionais, data de validade/ lote. Prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega.	Fardo c/ 30kg	300
04	ARROZ BRANCO TIPO 2: Este tipo de arroz é caracterizado por grãos menores e quebrados. Oferece um perfil nutricional rico em carboidratos complexos. Pacote de 1 kg, embalagem plástica transparente com rotulo contendo informações nutricionais, data de validade/ lote. Prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega.	Fardo c/ 30kg	260
05	AMIDO DE MILHO, 100%, frd c/ 20kg – pct de 1kg Amido de milho – produto amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos. Sob a forma de pó, deverão produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Umidade máxima 14%p/p, acidez 2,5%p/p, mínimo de amido 84%p/p e resíduo mineral fixo 0,2%p/p.	Fardo c/20kg- pct de 1 kg	275
06	AZEITE DE DENDÊ GRANDE/400ML- FRD C/ 12UND - Avermelhado na forma líquida e na amarela na forma sólida. Visual: produto homogêneo, límpido e isento de impurezas a 50°C. Aroma: sabor característico de óleo de dendê, livre de ranço.	Caixa c/ 12x400ml	43
07	ALMÔNDegas DE CARNE EM CONSERVA LATA DE 420G – CX C/ 24UND - Almôndegas em conserva de carne bovina ao molho (bolas de carne ao molho de tomate). Produto e embalagens íntegras, livres de estofamento, ferrugens, amassados ou violação de lacre, contendo data de fabricação. Prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da entrega.	Caixa c/24 und x420g	150
08	AVEIA CEREAL FINA /200G - CAIXA COM 12PCTS: 100% natural, embalagem de papelão, com rótulo identificando o produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso em gramas. Validade mínima de 06 meses a contar a data de entrega.	Caixa c/ 12x200g	240
09	BATATA PALHA- 240G – FRD C/ 20UND - Batata palha; com cor, odor e sabor característicos, crocante, isenta de gordura trans. EMBALAGEM: acondicionada em embalagem plástica de 500 gramas, fardo c/20 und. VALIDADE: mínima de 06 meses a contar da data de entrega do produto.	Fardo c/ 240g x 20 pct	120
10	BISCOITO SALGADO INTEGRAL /400G - CAIXA COM 20PCTS		



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



	Constituído basicamente por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, amido, sal, podendo conter outros ingredientes desde que declarados. Devendo ser de 1ª linha. Com cor característica de biscoito cream cracker e textura crocante, levemente salgado, sem sabor de ranço; isento de gorduras trans. EMBALAGEM PRIMÁRIA: deverá ser embalado tipo flow Pack vedado hermeticamente, com capacidade de 200g (duzentas), sendo esta rotulada conforme legislação vigente. EMBALAGEM SECUNDÁRIA :caixa de papelão reforçado devidamente fechada com fita adesiva, contendo até 06 (seis) quilos. VALIDADE: prazo mínimo de 6 (seis) meses a partir da data de entrega do produto.	Caixa c/ 20 pct x 400g	30
11	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER/ 400G – CAIXA C/ 20 PCTS Biscoito tipo cream cracker, a base de farinha de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, gordura vegetal, fibra de trigo, açúcar, extrato de malte, sal, glicose, soro de leite, fermento, estabilizante. 0% gordura trans. Embalagem de dupla proteção, com rotulo contendo informações nutricionais, lista de ingredientes, marca do produto, data de validade e lote. Embalagem de 400g. validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega.	Caixa c/ 20 pct x 400g	260
12	BISCOITO MAIZENA /400G - CAIXA COM 20PCTS - Obtido pela mistura de farinha(s), amido(s) e ou fécula(s) com outros ingredientes, submetidos a processos de amassamento e cocção, fermentados ou não. 0% de gordura trans. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas, parasitos e em perfeito estado de conservação. Dupla embalagem primária de polietileno. De 400g. Validade mínima de 06 meses.	Caixa c/ 20 pct x 400g	260
13	COCO RALADO CAIXA C/24 unidade 100g-Simples concentrado, deverá ser preparada com matérias-primas sãs. O produto deverá esta isento de fermentação e não indicar processamento defeituoso. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega.	Caixa c/24un d 100g	100
14	CACAU 100% EM PÓ- (g) o cacau 100% em pó oferece benefícios como a melhora da saúde cardiovascular, função cerebral e humor, além de ser uma fonte rica em antioxidantes (polifenóis e flavonoides), fibras e minerais como magnésio e ferro.O cacau é a semente do fruto do cacaueiro e é o principal ingrediente do chocolate, e é caracterizada por ser rica em flavonoides, principalmente epicatequinas e catequinas, compostos com propriedades antioxidantes. Prazo mínimo de validade de 06 meses a partir da entrega.	Caixa c/12 unidade pct c/ 200g	440
15	CORANTE (coloral) – pacote de 100g - fardo com 100und Produto constituído pela mistura de fubá de milho com urucum em pó, com identificação na embalagem (rotulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação, e validade. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Validade mínima de	Fardo c/20pct	80



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



	06 meses a contar da data de entrega.		
16	CAFÉ EM PÓ /250G - FARDOS COM 20PCTS - Café em pó tipo 1, tradicional, torrado e moído, com aspecto, cheiro e sabor próprio. Deve apresentar certificado de selo de pureza ABIC e registro obrigatório no órgão competente. Acondicionado em embalagem a vácuo de até 250 gramas. Na embalagem do produto é necessário constar os ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Validade mínima de 06(seis) meses a contar da data de entrega.	Fardo c/20 x 250g	120
17	CHARQUE - CAIXA COM 30KG - Curada, seca, a base de: carne bovina/sal, embalado à vácuo. Não será aceito JERKEB BEEF. Odor: Característico; sabor próprio, apresenta-se livre de parasitas e de qualquer outras substâncias contaminantes que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração com etiquetas de identificação (validade, peso, procedência, número do registro no SIF, SIE OU SIM). Devem estar de acordo com as exigências do Ministério da Agricultura, Pecuária, e Abastecimento e Anvisa. Data de validade de no mínimo 06 meses a partir da entrega.	Caixa	128
18	CREME DE LEITE 200G – CAIXA C/ 27 UND - Embalagem tetra brik de 200g, produto de primeira linha. Rotulagem de acordo com as normas da ANVISA. Validade mínima de 06(seis) meses a contar da data de entrega.	Caixa	320
19	CHEIRO VERDE DESIDRATADO PCT C/ 250G - Constituído de folhas, sãs, limpas e secas. Acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, contendo de 250 gramas de peso o produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Pacote	90
20	CANJICA BRANCA (MILHO BRANCO) FARDOS COM 20PCTS Amarelo tipo 1, subgrupo dourado despelculado, novo, contendo grãos inteiros, sem mofo, embalagem de 500g, com registro da Anvisa expresso na embalagem, data de validade lote e marca do fabricante	Fardo c/500und x20 und	240
21	CEREAL DE ARROZ (MUCILON DE ARROZ) SACHÊ C/ 360G – CX C/ 12 UND - Deve conter no mínimo: farinha de arroz (68%), Açúcar, Amido, Sais Minerais (Fosfato de Sódio Dibásico, Carbonato de Cálcio e Pirofosfato Férrico), Vitaminas (Vitamina C, Vitamina E, Niacina, Ácido Pantotênico, Vitamina B6, B2, B1, Ácido Fólico, e Vitaminas B12) e aromatizante. A embalagem deve conter data de validade, registro da ANVISA, tabela com	Caixa c/12x360g	240
22	COMINHO EM PÓ- 100g feito a partir das sementes secas da planta Cuminum cyminum, da família da salsa. As sementes podem ser		



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



	usadas inteiras ou moídas para formar um tempero em pó, com um sabor terroso, picante e levemente amargo; Rico em Magnésio, Fósforo e Potássio. Vitaminas: Fonte de vitaminas do complexo B e vitamina E. Antioxidantes: Contém compostos antioxidantes	UND	320
23	CÚRCUMA- (ALÇAFRÃO-DA-TERRA); PCT C/ 100g Reconhecido por suas propriedades anti-inflamatórias e Contém flavonoides e bioflavonoides são compostos bioativos de origem vegetal com propriedades antioxidantes, anti-inflamatórias e que auxiliam na saúde imunológica e na absorção de vitamina C.	Fardo c/20pct	140
24	EXTRATO DE TOMATE – caixa com 24 unidades, sachê de 190g; Composição: Extrato de tomate, açúcar (normalmente 1%), e sal (normalmente até 8%); Ingredientes: Tomate, açúcar e sal. Alguns extratos podem conter aromatizantes; Ausência de Impurezas: Livre de sujidades e materiais estranhos; Embalagem: Deve ser hermética, atóxica e proteger o produto; Armazenamento: Em sachê com validade de 12 meses.	caixa	136
25	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ- CAIXA C/ 24 UND - é um agente comum de fermentação química usado para criar uma textura leve e fofa em muitos produtos de panificação.	Caixa c/24x100g	4
26	FEIJÃO RAJADO - FARDO COM 30KG - Feijão rajado, tipo 1, constituído de grãos inteiros, novos e sadios. Isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de fragmentos estranhos, umidade, e misturas de outras variedades ou espécies. Apresentando Laudo de classificação e registro no Ministério da Agricultura. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. Validade de 06 meses a contar a data da entrega.	Fardo c/30 kg	140
27	FEIJÃO BRANCO - FARDO COM 30KG - Feijão branco, tipo 1, embalagem com 1Kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. Validade de 06 meses a contar a data da entrega.	Fardo c/ 30 kg	80
28	FARINHA DE TAPIOCA – 500G – FRD C/ 20 PCTS - Farinha de tapioca, Subgrupo Granulada, Tipo1. Embalagem: saco plástico transparente, inviolável e resistente, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Peso líquido de 500g. Validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data de entrega	Fardo c/ 10x 500g	240
29	FARINHA DE MILHO FLOCADA – FLOCOS FINOS- FARDO C/ 30PCTS. Flocos fino de milho pré-cozidos enriquecidos com ferro e ácido fólico, isento de sódio e gordura trans, rico em fibra, não podendo conter sal na formula. Embalagem deve conter marca do	Fardo c/ 30 kg	190



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



	fabricante, registro da Anvisa, lote, valor nutricional, e peso. Com validade mínima de 06 meses a partir da data da entrega.		
30	FARINHA DE LÁCTEA SACHÊ C/ 210G – CX C/ 12 UND - Deve conter no mínimo: (68%), Açúcar, Amido, Sais Minerais (Fosfato de Sódio Dibásico, Carbonato de Cálcio e Pirofosfato Férrico), Vitaminas (Vitamina C, Vitamina E, Niacina, Ácido Pantotênico, Vitamina B6, B2, B1, Ácido Fólico, e Vitaminas B12) e aromatizante. A embalagem deve conter data de validade, registro da ANVISA, tabela com valores nutricionais, lote e marca do fabricante.	Caixa c/12x210g	120
31	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO - FARDOS COM 10PCTS DE 1KG - Farinha de trigo tradicional, tipo 1, enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem de 1kg, limpos, não violados e resistentes contendo dados identificação, procedência, informações nutricionais, lote, pesos líquido. Com validade mínima de 06 meses a partir da data da entrega.	Fardo c/10pct	140
32	LEITE DE COCO – 500 ML/ FRD C/ 12 UND - Emulsão aquosa extraída de frutos maduros e doces do coqueiro por processos mecânicos adequados, isento de substâncias estranhas a sua composição, líquido espesso e translúcido, branco leitoso com odor e sabor característicos, não rançoso. EMBALAGEM: embalagem de vidro contendo 500ml cada, rotulado de acordo com a legislação vigente. VALIDADE: prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto.	Caixa c/12x500ml	180
33	LEITE EM PÓ INTEGRAL /200G - FARDOS COM 50PCTS - Instantâneo, enriquecido no mínimo com vitaminas A e D. isento de gorduras trans. Embalagem aluminizada com 200g. No seu rótulo deverá ter informações sobre glúten, tabela nutricional com identificação da porção, modo de preparo, prazo de validade e lote. Ter registro no Ministério da Agricultura	Fardo	500
34	LEITE DE VACA SEM LACTOSE- FARDOS C/ 50PCTS - Leite em pó integral, sem lactose, enzima lactase, vitaminas (A, D e C) e minerais (ferro e zinco) e estabilizante trifosfato de sódio, monofosfato de sódio, difosfato de sódio e citrato de sódio, isento de lactose e glúten. Embalagem contendo 400g. (Referência: Leite Ninho sem Lactose)	Fardo c/ 50 pct	15
35	LEITE DE SOJA EM PÓ- EMBALAGEM DE 200G 50pct - Leite em pó tipo soja, feito à base de proteína isolada de soja, enriquecido com vitaminas e minerais, sem lactose. Pode ser consumida como uma bebida, bastando adicionar água, ou utilizado no preparo de receitas, permitindo uma dieta sem restrições aos intolerantes à lactose e alérgicos à proteína do leite. Embalagem de 300g	fardo	16
36	MANTEIGA C/ SAL BALDE C/ 10KG - Manteiga de primeira qualidade. Ingrediente Obrigatório: Creme de leite pasteurizado obtido a partir do leite de vaca. Consistência sólida, pastosa à temperatura de 20°C, textura lisa e uniforme, sem manchas ou pontos de coloração, sabor	Balde	40



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



	suave, característico, sem odor e sabor estranho. Embalagem: balde		
37	MILHO PARA PIPOCA /500G – CAIXA COM 48 UND TIPO 1- limpo, isento de sujeiras, subgrupo despelculada, classe amarela, grãos qualificados, embalagem de 500g, com registro da Anvisa expresso na embalagem, data de validade, lote e marca do fabricante.	Caixa c/500g x 48 und	80
38	MACARRÃO ESPAGUETE COM OVOS 500G/ FARDO COM 20PCTS - Massa de sêmola de trigo enriquecida com ferro, ácido fólico, ovos, corante natural de cúrcuma e urucum. Pacote com 500g. embalagem plástica transparente, resistente e termossoldado, isento de qualquer substancia estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo de 06 meses a contar da data de entrega. No rotulo deverá conter informações nutricionais, ingrediente, prazo de validade, e lote.	Fardo c/20 pct x500g	420
39	MACARRÃO PARAFUSO (MASSA PARA SOPA) /500G - FARDO COM 20PCTS - Macarrão de sêmola de trigo, enriquecido com ácido fólico e ferro, ovos e corantes naturais de urucum a cúrcuma. Estar em embalagem de 500g, no rotulo deverá conter informações nutricionais, ingredientes, prazo de validade e lote.	Fardo c/20 pct x500g	300
40	MACARRÃO INTEGRAL FARDO COM 20PCTS - Macarrão integral, tipo espagete. Embalagem plástica transparente, resistente e termossoldado, isento de qualquer substancia estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo de 06 meses a contar da data de entrega. No rotulo deverá conter informações nutricionais, ingrediente, prazo de validade, e lote. (embalagem com 500 g).	Fardo c/20pct	20
41	ÓLEO COMESTÍVEL /900ML - CAIXA COM 20 LATAS - Comestível, de origem vegetal de soja, puro, refinado, isento de ranço e substâncias estranhas. Embalagem pet de 900ml, com identificação do produto, dados do fabricante, prazo de validade e peso liquido e deve estar de acordo com as normas ou resoluções da Anvisa ou do ministério da agricultura.	Caixa c/20x900ml	120
42	SUCO CONCENTRADO DE CAJÚ EM GARRAFA 500ml – FRD C/ 12 GARRAFAS. suco natural sabor de caju, caixa contendo 1 litro, composto de água, polpa de caju (mínimo 35%), açúcar, acidulante ácido cítrico, aroma natural e conservador dióxido de enxofre. Não contém glúten. Bebida não alcoólica. Não fermentada. Suco nacional. prazo de validade 12 meses	Caixa c/12undx500ml	184
43	SUCO CONCENTRADO DE ACEROLA EM GARRAFA 500ml – FRD C/ 12 GARRAFAS. Suco concentrado de goiaba - suco liquido concentrado de goiaba, embalado em garrafa de 500ml, de qualidade e com rendimento de acordo com a descrição do fabricante. Prazo de validade mínimo de 12 meses a contar da data de entrega do produto. obrigatória a apresentação de amostra	Caixa c/12undx500ml	184
44	SARDINHA ENLATADA - CAIXA COM 50 UND - Sardinha enlatada		



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



	preparada com pescado em latas de 250g, limpo eviscerado, cozido. Imersa em óleo comestível. A embalagem não deverá estar amassada, furada ou enferrujada e deverá conter exatamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, apresentar validade mínima a 6 meses.	Caixa c/50 und	150
45	SELETA DE LEGUMES- 280G – CX C/ 24 LATAS - Seleta de legumes composta de ervilhas em grãos, cenoura, batata cortadas em cubos, em conserva, cozidas hermeticamente, estrutura e tamanho uniformes, devendo ser considerado como peso líquido o produto drenado, matéria prima limpa e sã, com aspecto, cor e odor, sabor próprios e textura macia própria de cada tipo de ingrediente, livre de fertilizante, isentas de matéria terrosa, parasitas, detritos, ausência de defeitos, cascas, resíduos de vegetais. EMBALAGEM PRIMARIA: Embalado em latas acondicionadas. EMBALAGEM SECUNDÁRIA: Caixa de papelão reforçado. VALIDADE: prazo mínimo de 10 (dez) meses a contar da data de entrega do produto.	Caixa c/24x280g	360
46	SAL REFINADO IODADO - FARDO COM 30KG - Sal refinado, iodado, pacote de 1kg em saco plástico transparente, resistente com solda íntegra, no seu rótulo deve-se conter prazo de validade e lote	Fardo c/30kg	30
47	VINAGRE /750 ML - PACOTE COM 12 GARRAFAS Fermentado acético de vinho tinto e água (hidratado) acidez de 4 a 4,2%. Embalado em frasco plástico resistente de 500ml, registrado no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	Caixa c/12x500ml	120
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS			
HORTIFRUTIGRANJEIROS: Prioriza alimentos frescos e sazonais, essenciais para o aporte de vitaminas e fibras			
48	ABACATE FORTUNA CX C/ 20 KG Abacate de primeira qualidade, tamanho médio padronizado, fresco, inteiro, são e firme com grau de maturação adequado que suporta a manipulação, transporte e a conservação adequada para consumo, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos, devem ser entregues embalados, etiquetados e pesando de acordo com o pedido	Caixa c/20kg	200
49	ALHO, apresenta bulbo inteiro, de primeira qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, devendo estar bem desenvolvido e sadio. Não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes a superfície. Embalagem em sacos plásticos resistentes com etiqueta informando o peso	Caixa c/20kg	200
50	BANANA PRATA CX C/ 20KG - Banana prata, em pencas, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos decorrentes do transporte e manuseio, devendo atender legislação vigente. APRESENTAÇÃO: acondicionados em caixas, atendendo	Caixa c/20kg	400



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



	aos padrões de embalagem de acordo com a legislação vigente.		
51	BETERRABA - Nova, limpa, sem sujidades, de primeira qualidade. Deve apresentar características bem formadas, livres de dano fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue conforme o cronograma de perecíveis da alimentação escolar. Embalagem com peso identificado.	Caixa c/20kg	400
52	BATATA - Deve ser lavada, lisa, de primeira qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentam rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Com tamanho uniforme, devendo ser de porte médio a graúdas. Embalagem em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentado na embalagem etiqueta de pesagem	Caixa c/20kg	400
53	CENOURA, De primeira qualidade, nova, casca sã, aspecto, cor odor e sabor próprios, não apresentando manchas ou sujidades.	Caixa c/20kg	400
54	CEBOLA - Tamanho médio, nova, de primeira qualidade, com casca, compacta e firme, sã, sem rupturas, sem lesões de origem física ou mecânica, isenta de partes pútridas, livre de enfermidades. Embalada em sacos plásticos resistentes com etiqueta de pesagem.	Saco c/20kg	100
55	LARANJA PERA – CAIXA COM 20 KG - Laranja tipo pera, in natura, tamanho médio, sabor doce, não murcha com casca integra.	caixa	300
56	MAÇÃ NACIONAL – CX C/ 18/KG - Características técnicas: fugi ou gala, classe de 70 à 100mm, tipo categoria I, conforme inscrição normativa nº 50 de 03/09/2002. Deve apresentar as características de qualidade, bem formadas, com coloração própria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas tolerâncias previstas em Lei. Unidade: Kg	Caixa c/18kg	300
57	TOMATE- CX 25KG- O tomate é uma excelente fonte de fibras, que ajudam na digestão e no funcionamento do intestino. Qualidade do produto, Limpo, sem lesões, sujidades, de primeira qualidade. Deve apresentar características bem formadas, livres de dano fisiológicos, pragas. Entregue conforme o cronograma de perecíveis da alimentação escolar. Embalagem com peso identificado.	Caixa c/25kg	150
58	OVO - CAIXA COM 30 DÚZIAS - Branco ou vermelho, de boa procedência, limpos, frescos e acondicionado em caixinhas de papelão ou isopor, contendo etiquetas com prazo de validade.	Caixa c/30 dúzias	120
59	REPOLHO VERDE Caixa c/20kg.Novo, limpa, sem sujidades, de primeira qualidade. Deve apresentar características bem formadas, livres de dano fisiológicos, pragas e doenças. Grau médio de amadurecimento. Entregue conforme o cronograma de perecíveis da alimentação escolar. Embalagem com peso identificado	Caixa c/20kg	500



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



60	UVA RUBI CX C/ 5KG - Uva Rubi: in natura, 1a qualidade, fresco, sem lesões, sem sinais de apodrecimento, sem manchas, ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas.	Caixa c/5kg	300
CONGELADOS: Inclui proteínas de alto valor biológico, armazenadas em condições que preservam qualidade e segurança, adequadas para entregas em áreas remotas.			
61	FRANGO INTEIRO – CX C/ 18 KG - Inteiro, resfriado, com aspecto cor e cheiro próprios, sem manchas e parasitas, acondicionado em saco plástico.	Caixa c/18kg	300
62	PEITO DE FRANGO SEM PELE - Sem pele e osso, de primeira qualidade, contendo selo de inspeção, em embalagens plásticas resistentes e lacradas contendo 1 kg. Entregue congelado, contendo em seu rotulo, espécie do produto, data da embalagem, validade e peso, sem tempero. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar, deverão ser entregues em caminhões frigoríficos	kg	2.500
63	FILÉ DE TILÁPIA; produto de carne branca, magra e de sabor suave, com textura delicada, sendo sem pele e espinhas. É embalado individualmente ou em pacotes e congelado rapidamente para preservar frescor e nutrientes, ideal para diversas preparações como assado, grelhado ou frito, fontes de proteína magra e com baixo teor de calorias; vitaminas e minerais: Ferro, zinco e fósforo	kg	2.300
64	POLPAS DE ACEROLA - Produto não fermentado, não alcoólico, não contem glúten e sem conservantes ou aditivos de qualquer natureza. As frutas que servirão de base do produto final deverão ser de boa qualidade. O produto deverá ser transportado sob refrigeração, entregue nas datas agendadas nas unidades atendidas. A embalagem deve ser de 1kg, rotulada conforme legislação vigente, apresentar alvará sanitário	Kg	1.000
65	POLPAS DE CAJU, Produto não fermentado, não alcoólico, não contem glúten e sem conservantes ou aditivos de qualquer natureza. As frutas que servirão de base do produto final deverão ser de boa qualidade. O produto deverá ser transportado sob refrigeração, entregue nas datas agendadas nas unidades atendidas. A embalagem deve ser de 1kg, rotulada conforme legislação vigente, apresentar alvará sanitário	Kg	1.000
66	POLPAS DE GOIABA - Produto não fermentado, não alcóolico, não contem glúten e sem conservantes ou aditivos de qualquer natureza. As frutas que servirão de base do produto final deverão ser de boa qualidade. O produto deverá ser transportado sob refrigeração, entregue nas datas agendadas nas unidades atendidas. A embalagem deve ser de 1kg, rotulada conforme legislação vigente, apresentar alvará sanitário	Kg	1.000
67	POLPAS DE AÇAÍ; açaí orgânico puro com Polpa de Açaí 1kg;		



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



	Orgânica e Certificada: Produzida em uma fábrica com certificações, garantindo qualidade e segurança alimentar; Pura e Saudável: Nada de adoçantes ou misturas; Segurança Alimentar Garantida: Os frutos passam por um rigoroso processo de lavagem com ozônio antes de qualquer manipulação. Esse cuidado elimina riscos de contaminação, incluindo a doença de Chagas, oferecendo a você total segurança; Sustentabilidade: Produção responsável, respeitando o meio ambiente e promovendo a saúde.	Kg	4.000
PÃES: Garante itens frescos para lanches rápidos, com especificações que asseguram consumo imediato e adequação nutricional.			
68	PÃO DE CHÁ - Fresco, pesando no mínimo 60g por unidade, (ingredientes: farinha de trigo, ovos, margarina, sal, açúcar, açúcar melhorado, água). Embalados em embalagem plástica de forma que não amassem. Entrega conforme cronograma de entrega de pães, solicitado pelo setor de nutrição da secretaria.	und	30.000
69	PÃO INTEGRAL UND DE 500G - Pão integral (Pão fatiado tipo fôrma. Pacotes de 500g. Deverá ser fabricado com matéria-prima de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa, parasitos, conservantes de qualquer espécie e em perfeito estado de conservação, será rejeitado o pão queimado ou mal assado, dormido, o que apresentar bolores, fermentação estranha, manipulação defeituosa do produto, será permitido a fabricação de pão com farinha de trigo enriquecida com vitaminas e sais minerais. Validade de 5 dias a contar a data de entrega.	Und	100
CARNES: Separa proteínas frescas para refeições principais, exigindo transporte refrigerado e inspeção rigorosa para segurança alimentar.			
70	CARNE BOVINA COM OSSO - Carne com osso refere-se ao corte em que parte do osso permanece junto à carne. Carne bovina livre de gordura aparente e substâncias estranhas que sejam impróprias para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Produto fresco, processar/cortar e entregar congelado em pacotes plásticos próprios para alimentos com 1kg do produto por pacote. Rotulo/etiqueta especificando, nome do produto, peso marca/ procedência (frigorífico) e data que foi processada/cortada. Obrigatório ser produto com registro de inspeção sanitária e ser transportada em veículo refrigerado.	Kg	3.000
71	CARNE BOVINA SEM OSSO – ACÉM - Carne bovina livre de gordura aparente e substâncias estranhas que sejam impróprias para o consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Produto fresco, processar/cortar e entregar congelado em pacotes plásticos próprios para alimentos com 1kg do produto por pacote. Rotulo/etiqueta especificando, nome do produto, peso marca/ procedência (frigorífico) e data que foi processada/cortada. Obrigatório ser produto com registro de inspeção	Kg	4.000



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



	sanitária e ser transportada em veículo refrigerado.		
72	CARNE BOVINA MOÍDA - Carne bovina com pouca gordura (tipo patinho, acém), moída, frescas/nova e congelada para a entrega. Isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias para consumo e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas). Embalagem plástica, transparente próprias para alimentos com peso de 1kg, etiqueta especificando o nome do produto, marca e procedência (frigorífico inspecionado), peso, data que foi processado (moído), transportada em veículo refrigerado. Obrigatório que o produto contenha registro de inspeção sanitária	Kg	4.000

10. Justificativa do Parcelamento

9.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes

11.1. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Conclusão:

12.1. Diante do exposto, percebe-se viável a contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios, visando o atendimento das demandas das Escola do município.

Vitória do Jari-AP, xxx de xxxxx de 2026

CIRLEIDE DO ESPIRITO SANTO DUARTE
NUTRICIONISTA
CRN Nº 6692 7º Região

LEICIANE DO SOCORRO DOS SANTOS FERNANDES
COORDENADORA DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 028/2026-SEMED/PMVJ



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX-2026-SEMED-FME/PMVJ

ANEXO II - DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME/PMVJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX-2026-SEMED-FME/PMVJ

PROCESSO Nº XXX/2026XXXXX

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL. FAX: _____ E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

C. CORRENTE: _____ AG.: _____ BANCO: _____

Item	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Marca / Modelo / Versão	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
VALOR TOTAL EM R\$						

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias) Garantia:

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026

Nome e assinatura do Representante Legal

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ**



PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXX2026-SEMED-FME/PMVJ

ANEXO III - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À
DIRETORIA DE COMPRAS MDO

a) A empresa, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º, localizada na rua....., n.º, na cidade de, do estado de, DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado **Pregão Eletrônico nº XX/2026/PREGÃO**, são autênticos.

xxxxxxxxxxdexxxxxxxxxxde 2026.

EMPRESA LICITANTE/CNPJ



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2026-SEMED-FME/PMVJ

ANEXO IV - DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROPONENTE: _____ ENDEREÇO: _____
CNPJ: _____
FONE/FAX: _____

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX2026-SEMED-FME/PMVJ**, instaurado pelo Processo de **n.º XX2026-SEMED-FME/PMVJ**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente

Vitória do Jari-----de -----de 2026

Nome: RG/CPF:



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ**



PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX2026-SEMED-FME/PMVJ

ANEXO V - DO EDITAL

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

xxxxxxxxx de _____ de 2026

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ



REGÃO ELETRÔNICO Nº XX2026-SEME-FME/PMVJ

ANEXO VI - DO EDITAL

TERMO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

TERMO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE
(Cadastro de Usuários Externos no ePROC)

Empresa:	
Usuário (Representante):	CPF:
E-Mail:	Cargo/Função:
Celular:	Data Nascimento:
Estado Civil:	

A realização do cadastro como Usuário Externo no Sistema de Processo Eletrônico de Informações – ePROC, disponível no site www.vitoriadojari.ap.gov.br, e a entrega deste documento importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que todos os dados aqui informados são verdadeiros e que são de minha exclusiva responsabilidade:

- I - O sigilo da senha de acesso, não sendo justificada, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;
- II - A conformidade entre os dados informados neste formulário eletrônico e os constantes no cadastro e nos documentos apresentados;
- III - A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de petição e aqueles contidos no documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;
- IV - A confecção da petição e dos documentos digitais em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo sistema, no que se refere ao formato e ao tamanho dos arquivos transmitidos eletronicamente;
- V - A conservação dos originais em papel de documentos digitalizados enviados por meio de petição eletrônico até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que caso solicitado sejam apresentados a Secretaria Municipal de Educação/PMVJ, para qualquer tipo de conferência;
- VI - A verificação, por meio do recibo eletrônico de protocolo, do recebimento das petições e dos documentos transmitidos eletronicamente. Para que o cadastro seja analisado e liberado, o usuário deve enviar para o e-mail nucleodeacompanhamentolicitato@gmail.com semedvj@yahoo.com.br os seguintes documentos:
 - a) O original do presente Termo em formato PDF, assinado (com certificado digital ou firma reconhecida em cartório);
 - b) Cópias de RG e CPF ou de outro documento de identificação oficial com foto no qual conste CPF.
 - c) Cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica, quando for o caso, constando o usuário solicitante como sócio/administrador;
 - d) Cópia da procuração com poderes específicos para representação do interessado, quando for o caso; ou em caso de procurador de pessoa jurídica, cópia do RG e CPF do outorgante, ou de outro documento de identificação oficial com foto no qual conste CPF.

Em caso de dúvidas, entrar em contato nucleodeacompanhamentolicitato@gmail.com semedvj@yahoo.com.br
Reconheço ainda que acessarei diariamente o portal de serviços do sistema de processo eletrônico para realização dos procedimentos e ciente que se não fizer, aceito ser considerado a ciência do mesmo a contar do prazo dado para tal.

Vitória do Jari/AP,..... de.....de 2026.



Secretaria Municipal de Educação de Vitória do Jari/AP - SEMED –PMVJ
Avenida Ayrton Senna, nº 85, Bairro Comercial – Vitória do Jari/AP

Email: nucleodeacompanhamentolicitato@gmail.com semedvj@yahoo.com.br CEP: 68.924-000



**ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME
NÚCLEOS DE PLANEJAMENTO E COMPRAS-SEMED-PMVJ**



Nome
Cpf

DADOS DA EMPRESA PARA EFEITO DE EVENTUAL CONTRATAÇÃO:

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ N.º: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____
FONE: _____ EMAIL: _____
ENDEREÇO COMERCIAL: (rua, n.º CEP, bairro, cidade) _____

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

(em nome da razão social da empresa)

Banco: _____ N.º Banco _____ Agência: _____ Conta Corrente _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME(S): _____
CARGO(S): _____
NACIONALIDADE(S) _____ ESTADO CIVIL: _____
DATA DE NASCIMENTO: _____
PROFISSÃO: _____ RG: _____ CPF: _____
TELEFONE: _____ EMAIL: _____
RESIDÊNCIA (Domicílio): _____

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade, e que na forma da lei, somos responsáveis por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Local / data

Assinatura e Identificação RG e CPF
(representante legal)